



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE

Yasminne Medeiros Araújo

**INCLUSÃO ESCOLAR DE UM ALUNO AUTISTA: O PROCESSO DE SER E
ESTAR INCLUÍDO**

Brasília-DF

2018

Yasminne Medeiros Araújo

**INCLUSÃO ESCOLAR DE UM ALUNO AUTISTA: O PROCESSO DE SER E
ESTAR INCLUÍDO**

Trabalho final de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, à Comissão examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Orientadora: Maria Emília Gonzaga de Souza

Brasília- DF

2018

YASMINNE MEDEIROS ARAÚJO

Monografia de autoria de Yasminne Medeiros Araújo, intitulada Inclusão Escolar de Um Aluno Autista: o Processo de Ser e Estar Incluído, apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade de Brasília, em 05 de julho de 2018, defendida e aprovada pela banca examinadora abaixo assinalada.

Prof^a. Dra. Maria Emília Gonzaga de Souza – Orientadora
Faculdade de Educação, Universidade de Brasília

Prof^a. Dra. Otília Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas – Examinadora
Faculdade de Educação, Universidade de Brasília

Prof^a. Dra. Ireuda da Costa Mourão – Examinadora
Faculdade de Educação, Universidade de Brasília

“Que todos os nossos esforços estejam sempre focados no desafio à impossibilidade. Todas as grandes conquistas humanas vieram daquilo que parecia impossível” (Charles Chaplin).

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus, por me proporcionar viver grandes conquistas. Aos meus pais Amauri e Elaine, que sem eles nada disso seria possível, pois foram eles que acreditaram em mim e me proporcionaram tudo o que sou e o que tenho.

Agradeço a minha irmã Evellyn, que esteve comigo em todos os momentos, bons e ruins e que escutou minhas lamentações. Ao amor da minha vida Victor, que esteve ao meu lado durante toda essa jornada, que foi meu alicerce e meu porto seguro nos momentos de angústia, que acreditou na minha capacidade e não permitiu que eu desistisse.

As amigas e amigos que fiz durante essa caminhada, aos professores que me fizeram acreditar num futuro melhor, à professora Marília, que me recebeu com tanto carinho no estágio e à minha querida orientadora Maria Emília pela dedicação, paciência e, principalmente, por me mostrar a Pedagogia de uma forma diferente.

Muito obrigada!

RESUMO

O presente estudo tem por finalidade investigar o processo de inclusão dos alunos com autismo em classes regulares de ensino, em uma escola inclusiva do Distrito Federal. Objetiva-se identificar como a escola e os professores se preparam para o processo de inclusão. A pesquisa desenvolve-se a partir de uma abordagem qualitativa, entrevistas semiestruturadas, observação participante e através da construção do diário de campo. Os conceitos norteadores utilizados foram alicerçados em teóricos como Carvalho(2010), Orrú(2012), Cavalcanti e Rocha(2001), Silva, Gaiato e Reveles(2012), Mantoan(2003). A pesquisa tem a intenção de acompanhar a prática pedagógica com alunos com autismo, sua inserção na classe regular e assim abordar como ocorre o processo de inclusão. Considera-se a partir da pesquisa que a inclusão no espaço escolar só será realmente efetiva, mediante a participação dos atores e autores envolvidos nesse processo, pois a partir do momento que a escola se preocupa com a inclusão e os professores respeitam e entendem as especificidades de cada aluno o processo de inclusão se torna algo natural. Desse modo, a inclusão passa a ser um processo de transformação das escolas.

Palavras-chave: Inclusão. Autismo. Escola Inclusiva.

ABSTRACT

The present study aims to investigate the process of inclusion of students with autism in regular classrooms in an inclusive school in the Federal District. Its objective is to identify how the school and teachers prepare for the inclusion process. The research develops from a qualitative approach, semi-structured interviews, participant observation and through the information gathered in the field diary. The guiding concepts used were based on theorists such as Carvalho (2010), Orrú (2012), Cavalcanti e Rocha (2001), Silva, Gaiato and Reveles (2012), Mantoan (2003). The research intends to follow the pedagogical practice with students with autism, its insertion in the regular class and, therefore, approach how the inclusion process occurs. It is considered from the research that the inclusion in the school space will only be truly effective, through the participation of the actors and authors involved in this process, since once the school is concerned with inclusion and the teachers respect and understand the specificities of each student the inclusion process becomes something natural. In this way, inclusion becomes a process of transformation of schools.

Keywords: Inclusion. Autism. Inclusive School.

LISTA DE QUADRO

Quadro 1- elaborado com base nos dados coletados nos sites: Scielo, Domínio Público e biblioteca digital da UnB.	21
---	----

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1- Fonte: Censo Escolar-SEE/DF 2016.....	44
Imagem 2-Fonte: Censo Escolar-SEE/DF 2016.....	45

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABA	Análise do Comportamento Aplicada
ANEE	Alunos com Necessidades Educacionais Especiais
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
DI	Deficiência Intelectual
DMU	Deficiência Múltipla
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
PAS	Programa de Avaliação Seriada
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PECS	Sistema de Comunicação por Figuras
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEE	Secretaria de Educação
SEF	Secretaria de Estado de Fazenda
TGD	Transtorno Global do Desenvolvimento

TDAH	Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade
TEACCH	<i>Treatment and Education of Autistic and related Communication Handicapped Children</i>
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UnB	Universidade de Brasília
TEA	Transtorno do Espectro Autista

Sumário

INTRODUÇÃO	18
1 ESTADO DO CONHECIMENTO	20
Estudando a Educação Especial na perspectiva da inclusão	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO	25
2.1 Contextualizando a Educação Inclusiva - breve histórico sobre a educação inclusiva	25
2.2 Inclusão, o que é e como exercer?	30
2.3 Inclusão escolar: sem exceções e exclusões	34
2.4 A inclusão escolar sob o prisma da Secretaria de Educação do Distrito Federal	38
2.5 As necessidades educacionais especiais dos alunos da SEE/DF	42
2.6 Transtorno do Espectro Autista - Uma pequena viagem pelo tempo: História do autismo.....	46
2.7 Afinal o que é autismo? - Caracterizando o autismo	50
2.8 O Autismo na escola	52
2.8.1 TEACCH.....	53
2.8.2 ABA	54
3 METODOLOGIA.....	55
3.1 Pesquisa Qualitativa.....	55
3.2 Estudo de Caso	55
3.3 Observação Participante	56
3.4 Entrevista semiestruturada.....	56
3.5 Diário de Campo	57
3.6 Procedimento de pesquisa	57
4 ANÁLISE DE DADOS	58

4.1	Caracterização da Escola.....	58
4.2	Caracterização das turmas.....	58
4.2.1	Classe Especial.....	58
4.2.2	Classe Regular.....	59
4.3	Caracterização dos professores.....	60
4.3.1	Professora Classe Especial.....	60
4.3.1	Professora Classe Regular.....	60
4.4	Caracterização do Aluno.....	61
4.5	Descrição da observação participante.....	61
4.6	Diagnóstico.....	63
4.6	O processo de aprendizagem de Carlos.....	64
4.7	A importância dos professores no processo de inclusão.....	68
5	Inclusão, um sonho possível.....	72
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
	PERSPECTIVAS FUTURAS.....	76
	REFERÊNCIAS.....	77
	APENDICÊ A- ENTREVISTA REALIZADA COM PROFESSORA: CLASSE ESPECIAL E CLASSE REGULAR.....	82
	APENDICÊ B- ENTREVISTA REALIZADA COM A MÃE.....	83

MEMORIAL

*“Sábio é o ser humano que tem coragem de ir diante do espelho da sua alma para reconhecer seus erros e fracassos e utilizá-los para plantar as mais belas sementes no terreno de sua inteligência.”
(Augusto Cury)*

Minha história começa no dia 18 de março de 1991, dia em que eu Yasminne Medeiros Araújo nasci. Natural da cidade de Uberlândia – MG.

A minha educação desde a minha infância sempre foi muito estimulada pelos meus pais, eles sempre me diziam que “o aprendizado é a única coisa, que ninguém pode te tirar”, sendo a base de todo o meu desenvolvimento educacional e como ser humano.

Minha jornada escolar começa aos 5 anos de idade, quando entrei para escola, ela se chamava Universidade da Criança, uma escola municipal de Uberlândia. Entrei no antigo pré-5, hoje conhecido como jardim II, a primeira professora que tive se chamava Sandra e me lembro dela com riqueza de detalhes, sempre muito carinhosa, dedicada, se esforçava para que tivéssemos aulas prazerosas, a única parte ruim era o bendito caderno de caligrafia, mas me lembro de amar ir para a escola, não gostando de faltar nem quando estava doente. Sempre fui muito caprichosa ao fazer as tarefas de casa o que me rendia bons elogios e me motivava ainda mais em ir para a escola. O ano seguinte fui para o pré-6, conhecido hoje como primeiro ano, minha professora desse ano se chamava Adriana, e lembro de não ter tido uma empatia com ela, então minhas lembranças são vagas, e as que ficaram não são felizes. O que me marcou nessa época foram as broncas que ela me deu, por chama-la de “tia”; o que me recordo até hoje da forma como isso foi dito. Já na primeira série, tive uma professora sensacional, chamada Beatriz, ela sempre estava trazendo projetos novos para que aprendêssemos, as aulas eram diversificadas, mas tínhamos muitos trabalhos o que acabava sobrando para os pais fazerem.

O ano em que fui para a segunda série, foi um ano de mudanças grandes, pois foi o ano que coincidiu com minha vinda para Brasília. Comecei a estudar no Centro Educacional Stella Maris, situado em Taguatinga, minha professora se chamava Sueli, mas sofri um pouco com a aprendizagem, pois minha turma já

estava bem adianta em relação aos conteúdos e então eu tive que me virar para poder acompanhá-los, o que foi bem difícil, pois o ritmo da escola era diferente da que eu estava acostumada. Na terceira série, tinha duas professoras, mas a que mais me marcou foi a Arilda, foi a professora mais incrível que eu tive, ela dava aula de maneira dinâmica, a gente aprendia de uma maneira gostosa, sempre levava para a sala algo novo, além do carinho que ela tinha com a gente.

A partir da quarta série, até o ensino médio permaneci na mesma escola, tive professores que me marcaram, pelo bem, outros pelo mal e outros que eu não consigo me lembrar sequer da fisionomia. Em relação ao modo de aprender, eu nunca fui uma menina que conseguia absorver os conteúdos somente com o que os professores diziam, mas era bastante esforçada, estudava sempre que chegava em casa, fazia as tarefas, minha mãe sempre esteve ao meu lado, ajudando e cobrando para que eu obtivesse sempre as melhores notas, algumas vezes tive sucesso, outras nem tanto, mas não podia ficar abaixo da média.

Já no ensino médio, a cobrança passou a ser maior, pois ao final teria que fazer o Programa de Avaliação Seriada- PAS e teria que pensar no que queria fazer no âmbito profissional, tive professores espetaculares e outros detestáveis. Alguns eu tenho contato até hoje. Digo que o ensino médio, primeiro e segundo ano, foram a melhor época da minha vida, onde vivi tudo com intensidade de adolescente e fui bem feliz.

Conseguí fazer apenas as duas primeiras etapas do PAS, pois em 2008, tive que me mudar novamente para Uberlândia. Foi o ano mais sofrido, pois estava no terceiro ano do ensino médio, amava a escola e meus amigos, tinha feito vários planos e de repente tudo teve que mudar. Fui para a escola estadual Messias Pedreiro, e de lá eu não me recordo de nada é como se tivessem apagado minha memória, não consigo me lembrar de nenhum professor e de nada que eu aprendi. A única coisa que marcou, foi que pela primeira vez eu fiquei de recuperação, em matemática e sofri para concluir, onde até aula de reforço eu precisei fazer, mas consegui terminar.

Pela mudança, por não poder fazer mas o PAS, me senti um pouco perdida quando fui fazer o primeiro vestibular, pois não sabia qual curso escolher, à princípio quando comecei o ensino médio queria fazer psicologia, mas logo a ideia foi passando e na hora de fazer a inscrição do vestibular não sabia o que escolher,

depois de pensar um pouco, optei por nutrição, na época era um curso novo e achei que podia me identificar com ele. Fiz o vestibular, mas não passei.

Logo em seguida já arrumei meu primeiro emprego, então não me preocupei muito em ter que iniciar de imediato uma faculdade. Nesse período surgiu a oportunidade de fazer um curso técnico e como havia vagas para técnico em nutrição, resolvi fazer, o curso teve duração de um ano e meio e não consegui me encontrar na nutrição, mas achei melhor concluir, pois seria algo à mais para o meu currículo e para meu aprendizado e foi através dos estágios do curso que eu conheci a pedagogia. Fiz meus estágios na APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e foi lá que eu me encantei pela educação e principalmente pela educação especial, pois conheci profissionais maravilhosas que despertaram meu interesse para a pedagogia. Com isso, quando surgiu a oportunidade de prestar o vestibular, eu prestei e passei, cursei um ano de pedagogia na UFU- Universidade Federal de Uberlândia e logo surgiu a oportunidade de voltarmos para Brasília, tranquei a faculdade.

Por motivos pessoais, fiquei dois anos com a faculdade trancada, foi então que no início de 2014 resolvi voltar a estudar e no meio do ano prestei vestibular novamente para pedagogia, só que agora na UnB- Universidade de Brasília, e passei. Consegui aproveitar as matérias que havia cursado na outra faculdade o que me adiantou algumas coisas.

Já na UnB, meu foco era conseguir aproveitar ao máximo o curso e concluí-lo no mínimo de tempo possível. Sempre fui apaixonada pelo meu curso e sempre tive a certeza de ter feito a escolha certa. Dentro da faculdade procurei traçar um caminho que fosse voltado para a educação especial, então sempre tendenciei minhas matérias para essa finalidade; nunca me interessei pelos projetos de extensão ou estágios, pois sabia que eles demandariam tempo e meu foco era concluir o curso.

Quando iniciei os projetos tive que optar não por aqueles que se encaixam na temática de estudo desejada, mas por aqueles que se enquadravam na minha disponibilidade de horário. A professora no entanto era bem aberta as mais variadas temáticas e meu intuito era prosseguir com ela até o final, mas por alguns contra tempos, ela teve que se afastar dos projetos e mais uma vez tive que ir atrás de professores que pudessem me acolher. Ao me matricular no projeto 4, escolhi a

professora por afinidade, pois os que ofertavam a temática do meu interesse disponibilizavam poucas vagas; como já havia conhecido a professora e me encantado por sua metodologia e pela forma de lidar com os alunos, me matriculei em seu projeto e fui muito feliz, pois ela me apresentou uma escola que possuía aquilo que eu desejava, além de me proporcionar conhecer alguém que trabalhava há anos com a inclusão. Foi então que através da professora Maria Emília, conheci a professora Marília, que me recebeu em sua sala com muito carinho e me ensinou muito sobre a inclusão. Estando na sala da professora Marília conheci seus alunos e logo me apaixonei, como ela estava trabalhando com um deles para fazer a inclusão no classe regular, despertou em mim o interesse de descobrir como era feito esse trabalho. Tinha descoberto minha temática para o trabalho de conclusão de curso, só faltava encontrar um orientador.

Como estava realizando o projeto 4 com a professora Maria Emília, senti no meu coração que ela seria a pessoa perfeita para seguir comigo nessa caminhada, conversei com ela e mesmo não sendo sua temática de trabalho, me recebeu com muito carinho. Escolhi então, continuar naquilo que acreditava, e consegui acompanhar a trajetória do aluno Carlos, um aluno autista que estava saindo da classe especial e indo para a regular. Do modo que foi a educação especial que me fez escolher a pedagogia, não me via concluído o curso de outra maneira, que não fosse falando sobre inclusão e a visão que o autismo me proporcionou para essa realidade, contribuiu de forma não somente a agregar meu profissional, mas principalmente o meu pessoal.

Digo que a caminhada até aqui não foi fácil, mas ao longo dela encontrei seres humanos maravilhosos nas quais se eu for um terço do profissional que eles são, eu serei realizada. Conheci pessoas sensacionais, nas quais quero leva-las pro resto da minha vida, pessoas que fizeram com que a caminhada fosse mais leve, pessoas que me mostraram que a educação é um caminho cheio de pedras, mas que no final a recompensa é muito maior que o sofrimento. Confesso que quando iniciei meu curso não acreditava no modo que a inclusão era realizada, mas após minhas observações, meu aprofundamento, meu aprendizado com quem vive essa realidade, hoje eu acredito que a inclusão é um sonho possível, e a educação move, modifica, torna o mundo e as pessoas que nele vivem melhores e mais humanas.

INTRODUÇÃO

Hoje ao olharmos para a inclusão no espaço escolar, compreendemos que o processo é longo e delicado, baseado em todo um progresso de luta para a garantia dos direitos constitucionais e direito das crianças com necessidades educacionais especiais. Assim, falar de inclusão se tornou uma necessidade de interesse da sociedade. Pois para termos uma sociedade inclusiva é preciso reconhecer e valorizar à todos, garantindo seus acesso e participação em todos os espaços. Com isso a escola se torna o lugar percussor da inclusão, sendo ela o marco importante para o desenvolvimento das crianças tanto socialmente como na formação do ser humano.

A partir da perspectiva histórico-cultural, para chegarmos a educação inclusiva que temos nos dias de hoje, muitas barreiras e obstáculos foram enfrentados. Ao estudar as Leis que amparavam a inclusão, meu primeiro questionamento foi, “será que as escolas de ensino regular, estão preparadas para receber esses alunos?”. Diante desse questionamento procurei direcionar meus estudos na graduação, para a inclusão e procurar entender o modo como ela era feita nas escolas.

Durante os estágios obrigatórios, me deparei com um aluno autista que estava em uma escola regular, estudando em classe especial, mas sendo preparado para a inclusão em classe regular. Logo, despertei interesse em pesquisar sobre a inclusão do autista na escola. Através dos estágios pude acompanhar como era a preparação dessa criança para a inclusão, surgindo a seguinte questão: Como se dá o processo de inclusão de um aluno autista saindo de uma classe especial para a classe de ensino regular de uma escola pública?

A partir desse questionamento o objetivo geral é analisar o processo de como os professores e a escola se preparam para a inclusão. Tendo como objetivos específicos: Analisar as diretrizes legais para o processo de inclusão na rede regular de ensino, identificar os princípios para que uma escola seja inclusiva e detectar o processo avaliativo e os critérios de identificação do avanço na aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais.

A inclusão é uma possibilidade para o engrandecimento da educação escolar não somente para os alunos com necessidades educacionais especiais, mas para todos, onde o docente tem um papel de suma importância nesse processo, ressaltando que o mesmo deve ter interesse e vontade de participar do processo inclusivo.

A pesquisa realizada baseia-se, nos relatórios do diário de campo construídos a partir do estágio obrigatório, nas entrevistas realizadas e na observação participante. O estudo foi realizado através do acompanhamento de uma criança, do sexo masculino diagnosticada com autismo, estando ela na classe especial e depois na sua inclusão na classe regular. Para a sustentação do desenvolvimento do trabalho, foi utilizado recurso literários tais como, livros, artigos e trabalhos científicos.

1 ESTADO DO CONHECIMENTO

Estudando a Educação Especial na perspectiva da inclusão

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão –SECADI, juntamente com Ministério da Educação- MEC, instituiu a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, onde diz que, o movimento gerado através da educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. Onde, a construção dos sistemas educacionais inclusivos, passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos possam ter suas necessidades e especificidades atendidas.

Dessa maneira a discussão acerca da inclusão vem tendo destaque na esfera escolar, para que propostas de permanência e acesso dos alunos com necessidades educacionais especiais, sejam concretizadas. Fornecendo assim melhorias de atendimento especializado, da estrutura escolar e organizacional, mas principalmente uma maior capacitação do corpo docente. Visto que ao falarmos de inclusão, devemos ressaltar que ela só ocorre mediante um ato de exclusão, pois a inclusão não pode ser um fenômeno individual e sim definida como um social, rompendo os modelos excludentes. (ANTUNUES apud XAVIER)

Logo, para que uma política seja verdadeiramente inclusiva, ela deve descaracterizar o princípio da exclusão. Nesse cenário, o trabalho para que essa política perdure, deve ser feito entre as relações das instituições, pois são nelas que se reproduzem as práticas discriminatórias.

Ao instaurar a política inclusiva nas escolas, o acesso de alunos com necessidades educacionais especiais- ANEE, se tornou uma realidade nas escolas de todo nosso país, contrapondo as formas organizacionais das escolas, onde as mesmas devem romper o foco da “deficiência” para criar novas possibilidades de processos educacionais, para que assim, não haja apenas a garantia de matrícula, mas que proporcione à esses alunos atendimento as diferenças e as suas necessidades, pensando não em sua adaptação ao contexto escolar, mas que o

contexto se adapte à esses alunos. Isso proporciona possibilidades, tornando-os prontos para viver e conviver com o diferente, dando assim novos significados a aprendizagem e por conseguinte ao desenvolvimento humano.

A partir dessa concepção podemos observar possíveis dificuldades na aplicabilidade da lei da inclusão, tendo em vista que uma reforma educacional, implica alterar as estruturas dos sistemas de ensino, tanto físicas como curriculares.

Diante dessa realidade, vários tem sido os estudos acerca da inclusão escolar. Nos últimos anos, teses, artigos, dissertações vem se aprofundando nas problemáticas sobre o assunto. A esse respeito, no período entre 2010 à 2017, cerca de duzentos e setenta e três monografias foram defendidas com o assunto sobre inclusão e cento e treze com o título inclusão, sessenta e seis artigos foram publicados, duas teses de doutorado, onze teses de mestrado e duzentos e dez teses de pós- graduação.

	Artigo	Monografia	Pós Graduação	Mestrado	Doutorado
2010	4	5	0	12	2
2011	9	58	48	0	0
2012	7	6	0	0	0
2013	6	6	1	0	0
2014	16	5	4	0	0
2015	11	28	157	0	0
2016	10	4	0	0	0
2017	3	1	0	0	0

Quadro 1- elaborado com base nos dados coletados nos sites: Scielo, Domínio Público e biblioteca digital da UnB.

Analisando a tabela acima, podemos perceber que a inclusão de 2010 a 2017 vem sendo estudada e reportada em diversos trabalhos e teses elaboradas no Distrito Federal.

Contudo há uma clara discrepância em relação ao número de pesquisas e estudos quando comparamos em que estilo foi trabalhado, sendo em artigos, monografias, teses de pós-graduação, mestrado e doutorado.

Nos oitos anos pesquisados, encontra-se 66 (sessenta e seis) artigos sobre o tema inclusão, 113 (cento e treze) monografias, 210 (duzentos e dez) teses de pós-graduação, 12 (doze) teses de mestrado e apenas 2 (dois) teses de doutorado.

Além disso, percebemos que apenas em pesquisas de artigos e monografias o tema foi tratado em todos os anos do comparativo, sendo que mesmo assim, sua distribuição foi homogênea e equilibrada apenas em relação aos artigos que possuem números de trabalhos realizados de forma constante todos os anos.

Em relação aos trabalhos de monografia, apesar de que todos os anos de 2010 à 2017 possuem pesquisas relacionadas ao tema, os anos de 2011 e 2015 se destacaram, condensando a eles praticamente 90% (noventa por cento) de todas as pesquisas realizadas.

Nesse mesmo sentido pode-se observar o mesmo fenômeno ocorrido em relação às teses de pós-graduação nos anos de 2011 e 2015, onde o número de trabalhos e pesquisas apresentados foi bastante elevado em relação a qualquer outro período.

Tal fenômeno pode ser explicado pelo fato de o tema da educação especial e inclusiva neste período de 2010 à 2015 ter sido bastante discutido no governo, nas escolas e na sociedade em geral, posto que algumas mudanças estruturais de gestão de ensino foram alteradas e passou a se seguir um novo modelo de inclusão educacional.

Desta forma percebemos que o alto número de pesquisas e trabalhos relacionados ao tema coincidem justamente com este período de várias mudanças e de discussões sobre o tema de inclusão e educação especial inclusiva.

Por outro lado, as pesquisas e teses, de mestrado e doutorado apresentam uma grave carência, sendo observado trabalhos apresentados apenas

no ano de 2010, não possuindo nos registros públicos nenhum trabalho realizado nos últimos 7 (sete) anos.

De forma geral percebe-se que nos últimos dois anos pesquisas e trabalhos, de artigos às teses de doutorado, existe uma escassez de material apresentado e realizado sobre o tema, o que não significa exatamente a perda do interesse ou importância sobre a discussão e profundidade acerca da inclusão e educação especial inclusiva, mas é um dado importante para se analisar, principalmente nos próximos anos.

Entre as diversas maneiras de se estudar a inclusão e sobre as várias discussões, as que mais se aproximaram da temática escolhida, são as que tratam sobre o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais- ANEE, especialmente as que tratam também sobre o autismo.

A exemplo desse assunto Santos em sua tese de doutorado – “Inclusão Escolar e Educação para Todos, em 2010, discute como a inclusão escolar está vinculada na inclusão social nos termos de cidadania, de participação e de acesso a diferentes espaços sociais. Em forma de conversação trata como problema central a discussão de que não é suficiente integrar os sujeitos, e sim que é preciso inclui-los também na vida escolar e social da comunidade inserida. Utiliza-se das noções desenvolvidas por Michel Foucault, onde constrói sua investigação a partir de dois eixos: os significados de inclusão e o governo dos sujeitos. Investiga as rupturas e as continuidades provocadas pelos discursos inclusivos, onde mostra as implicações com a própria constituição da sociedade contemporânea.

Dos Anjos em sua monografia para obtenção do grau de especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, em 2011, apresentou a temática “Trabalho Pedagógico e Inclusão Escolar: contribuição da prática docente para a inclusão do aluno com necessidade educacional especial em turma regular” e analisou as contribuições do trabalho docente com alunos com necessidades educacionais especiais matriculados em turmas do ensino regular, com embasamento nas concepções de ensino e aprendizagem do grupo pesquisado, bem como os aspectos voltados para a

formação, relação entre o discurso e a prática e ainda contribuições efetivas para a aprendizagem escolar.

Silva, na sua monografia em 2017, intitulada “As Crianças com Autismo na Escola: um olhar inclusivo”, problematiza a inclusão, o autismo e as crianças com autismo na escola, considerando a importância do conceito de autismo que habita no imaginário cultural das pessoas, os dispositivos de aprendizagem utilizados pelos professores, os dispositivos legais que embasam os direitos das crianças com Transtorno do Espectro Autista e conseqüentemente os caminhos que estas podem seguir a partir da perspectiva legal.

Paula, em sua monografia no ano de 2011, com o tema: “O Processo de Inclusão de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Escola”, apresentou uma pesquisa sobre o processo de inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais. Utilizando embasamento nas leis que asseguram o acesso desses alunos, na Constituição Federal e nos documentos que amparam esses alunos.

Gomes em sua monografia para obtenção do grau de especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, em 2015, descreve o processo de inclusão dos alunos especiais em classes regulares por meio de um ponto de vista mais abrangente e que oportunizasse expressões das mais diversas opiniões, onde buscou gerar momentos de reflexão sobre as necessidades ou não da inclusão dos alunos especiais às classes regulares.

Apesar das diversas discussões sobre a temática, há ainda muito a ser estudado e aprofundado, pois a inclusão mesmo sendo difundida ao longo dos anos, se tornou uma obrigatoriedade recente, especialmente no âmbito educacional.

No momento em que a portaria nº 948/2007, instituiu a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e entrou em vigência em 2008, definindo que o Atendimento Educacional Especializado e como uma modalidade complementar de educação, sendo realizada nos turnos contrários ao turno escolar, instaurou que as escolas de ensino regular não podem mais ser

substituídas por outras modalidades de ensino a pessoa com necessidades educacionais especiais, fez com que houvesse a necessidade de se buscar adequação para essa nova realidade. Observamos os desafios para sua aplicabilidade na nossa sociedade. Pois uma inclusão, que se pauta apenas na obrigatoriedade do cumprimento de uma lei exige das escolas, novos posicionamentos e, é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas. A lei determina o que deverá ser feito e como serão os procedimentos para tal funcionalidade, contudo é omissa na questão de avaliar a situação atual em relação às mudanças pretendidas.

Assim sendo, pretendo abordar o processo pelo qual os professores e a escola se preparam para a inclusão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contextualizando a Educação Inclusiva - breve histórico sobre a educação inclusiva

Estando intimamente ligada à argumentos culturais, a educação especial surge por meio de muitas lutas, rompendo barreiras para que se chegasse ao processo de inclusão feito nos moldes atuais. Desta forma, torna-se importante contextualizar a Educação Especial desde a sua origem até o momento atual, pois percebemos que as escolas especiais, foram pioneiras para que esses alunos chegassem a escola. Passando por várias adaptações legais e por diversos marcos históricos para que se pudesse ter avanços no processo inclusivo.

No Brasil, as primeiras instituições criadas para atendimentos às pessoas com deficiência, foram: O Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, hoje com o nome de Instituto Benjamin Constant- IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atualmente chamado Instituto Nacional da Educação do Surdos-INES, ambos localizados no Rio de Janeiro. (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL,2010, p.10)

As referências para a educação especial surgem após a primeira guerra mundial (1914-1918), com um panorama psicopedagógico para atendimento a pessoa com deficiência, sob a influência dos ideários da escola nova, que tinha como característica a busca por uma educação que rompesse com desigualdade social e que se adequasse as transformações individuais por meio das adequações de cada aluno.

Embasados no movimento escola-novista vários estados empreenderam reformas pedagógicas, sendo que o ideário da *escola nova* permitiu ainda a penetração da psicologia na educação, e o uso dos testes de inteligência para identificar deficientes intelectuais passou a ser difundido neste período. (MENDES, 2010, p.96)

Em 1929, Helena Antipoff (1892-1974), psicóloga formada pela Universidade de Sorbonne na França, cria no Brasil o Laboratório de Psicologia Aplicada na Escola de Aperfeiçoamento de Professores, em Minas Gerais; sendo responsável pela proposta de ensino baseada na composição de classes homogêneas. Antipoff, criou também a então Sociedade Pestalozzi, no ano de 1932, tendo sua expansão a partir de 1945 (MENDES,2010).

Em 1934, dois norte-americanos fundam a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, com o intuito de ter lugares para atendimento à pessoas com deficiência.

Em 1961, com a criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN o atendimento educacional às pessoas com deficiência, passa a ser regulamentada com a Lei nº 4.024/61, onde apareceu a expressão “direito dos excepcionais” à educação, tendo como prioridade o sistema geral de ensino.

Com a aprovação da LDBEN, houve um crescimento expressivo nas instituições privadas de cunho filantrópico, pois as instituições públicas não eram suficientes para suportar a necessidade desses alunos.

Na década de 70 o aumento do número de estabelecimentos que ofereciam assistência à pessoas com deficiência, deixou nítida a necessidade de desenvolvimento da educação especial do país. Em agosto de 1971 instituiu-se a Lei nº 5.692/71, que altera a LDBEN DE 1961, definindo “tratamento especial para os alunos com deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, intensificando a ida dos alunos com necessidades especiais, para as escolas de classes especiais. (MEC/SEE,2010, p.11)

O Ministério da Educação em 1973, com o decreto 72.425, desenvolve o Centro Nacional de Educação Especial- CENESP, que impulsiona ações educacionais voltada à educação especial. Ao final dessa década novos cursos de formação profissional, voltados para a educação especial são implantados.

No período de 1974 à 1985 não se efetivou uma política pública de acesso universal para se referir à educação especial. Dessa forma, o CENESP e a Secretaria de Educação Especial, em 1985, produz um comitê nacional, para uma política de integração na sociedade, as pessoas com deficiência.

O reforço a essa integração veio por meio da Constituição Federal de 1988, onde um dos seus objetivos fundamentais é “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). No artigo 205, define:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CF,1988)

O artigo 206, inciso I, estipula a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, e garante como dever do Estado no artigo 208, inciso III, “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

As políticas públicas de educação inclusiva, na década de 90, passam a ser influenciadas pela Declaração Mundial de Educação para Todos(1990) e principalmente pela Declaração de Salamanca (1994), realizada na Espanha juntamente com a UNESCO, com o objetivo de que os “Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional”, onde as escolas regulares sejam o centro da inclusão, atendendo à todos sem distinção. A Declaração ressalta que:

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola. (SALAMANCA,1994, p.5)

Percebemos ao longo das conquistas acerca da inclusão, que as políticas que às norteiam, são baseadas na aprendizagem em conjunto, onde as crianças aprendem por meio das suas diferenças e dificuldades.

A lei nº9.394/96, que altera a LDBEN DE 1961,no artigo 59, indica que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender suas necessidades, preferencialmente na rede regular de ensino.Em 2004, o Ministério Público Federal publicou o documento O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes comuns da Rede Regular, com o objetivo de reafirmar o direito dos alunos com deficiência se escolarizarem nas turmas comuns do ensino regular.

Assim, as leis impedem que haja à separação, baseando-se no princípio da igualdade e da não segregação dos alunos, determinando que as escolas convencionais, passem a ter o dever de aceitarem em sala de aula os alunos com necessidades especiais junto com os demais, tornando-se assim em teoria, uma escola inclusiva.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006 e da qual o Brasil é signatário, estabelece que:

[...]os Estados-Partes devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta da plena participação e inclusão, adotando medidas para garantir que: a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência; b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art.24)

Sendo assim, ficou estabelecido que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP,2008).

Este contexto gerou um confronto entre a educação comum e a educação especial nos sistemas de ensino, contrariando o princípio da educação especial em todos os níveis, etapas e modalidades.

A inclusão, pautada na obrigatoriedade do cumprimento de uma lei exige das escolas novos posicionamentos e, é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas. A lei determina o que deverá ser feito e como serão os procedimentos para tal funcionalidade, contudo é omissa na questão de avaliar a situação atual em relação às mudanças pretendidas e de fornecer os recursos mínimos, para que o cumprimento da lei possa de fato atingir a sua função social e não apenas maquiar toda a situação.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007) diz que:

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes

especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os estudantes tenham suas especificidades atendidas. (p. 9)

A Lei Brasileira de Inclusão Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, prevê a segurança e a promoção, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para a pessoa com deficiência, visando a sua inclusão na sociedade. (Art. 1º).

Assegura no capítulo IV as disposições sobre o Direito a Educação:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Tanto as leis existentes, bem como os legisladores em geral, tendem a discutir a educação mais no âmbito econômico do que no técnico, o que resolve algumas demandas, mas ao mesmo tempo cria outras. Pois apesar de assegurarem a inclusão na rede regular de ensino, muitas vezes as escolas para cumprirem essas leis, ao invés de darem suporte as crianças acabam por obriga-las à se adequar a escola e não ao contrário, o que cria na verdade um outro problema, onde se deveria sanar um outro, pois forçar uma adaptação de uma criança especial a um ambiente de ensino regular sem profissionais adequados e em certos casos até espaços adequados, é de certa forma resolver os problemas da inclusão nas estatísticas e gráficos teóricos, sendo que na prática o problema não é resolvido e provavelmente pode até piorar.

Assim, diversas são as discussões acerca das políticas que norteiam a inclusão escolar, visto que mesmo com os direitos conquistados, existem fatores que ameaçam essas conquistas. Sendo necessário, para que haja uma educação de qualidade proporcionar aos alunos oportunidades onde se respeite as diversidades e particulares de cada aluno; não visando pautar a inclusão apenas nas leis.

2.2 Inclusão, o que é e como exercer?

De acordo com o dicionário, inclusão, é uma palavra advinda do latim, e significa “colocar algo ou alguém dentro de outro espaço”, “entrar num lugar até então fechado”. (AURELIO, 2001)

Diante da políticas voltadas para uma educação inclusiva, muitos foram os debates em relação ao entendimento sobre a inclusão. Porém, tem-se ainda dificuldade quanto a definição de inclusão, possibilitando diversas interpretações que resultam em práticas diferentes do princípio.

Segundo Camargo (2017, p.1), o conceito de inclusão apresenta-se de maneira equivocada, pelo senso comum, sendo usadas expressões como: “aluno de inclusão” e “sala de inclusão”. Ele faz críticas ao fato da expressão estar “ligada” apenas aos estudantes. Emitindo que “A inclusão é um paradigma que se aplica aos mais variados espaços físicos e simbólicos”.

A proposta inclusiva, preconiza que as pessoas incluídas tenham experiências que atendam suas diferenças, suas características específicas, que modifique o pensamento de não se aceitar a diferença e o enxergue como igual, na sociedade em que vive, sem que precise passar por situações que as deixem em desvantagens ou mesmo que seja por um mero sentimentalismo de rejeição em seu meio de convívio, seja na escola, na rua ou em qualquer outro espaço

Portanto, a palavra pode ser atribuída tanto para às pessoas com necessidades especiais, quanto à atos de inclusão da sociedade em geral, como por exemplo as questões de exclusão social baseadas em etnia, religião, condições econômicas, cultura regional, entre tantas outras.

Mantoan (2005), defende que a “Inclusão é estar com, é interagir com o outro”. Onde se deve, garantir uma educação de qualidade, para todos, independentemente de suas diferenças.

Para Silva (2009), inclusão é:

Um movimento que respeita as singularidades de cada ser humano, oferecendo respostas às suas necessidades e particularidades. A perspectiva primordial da inclusão é a certeza de que não existe pessoas iguais e são exatamente as diferenças entre os seres humanos, que o caracterizam. O aluno é então, compreendido como

um ser único, singular e social, que tem sua história de vida, constituindo-se então em um ser histórico diferente.

De acordo com Freire (2008), a inclusão se adapta à quatro eixos fundamentais: (1) é um direito fundamental- não podendo ser negada a nenhum indivíduo; (2) obriga a repensar a diferença e a diversidade- onde o espaço inclusivo, tem que se adaptar à esses indivíduos;(3) implica repensar a escola e o sistema educativo- desenvolvendo possibilidades para novos princípios e motivação para os profissionais encararem as diferenças; e (4) pode constituir um veículo de transformação da sociedade.- através da difusão dos valores aprendidos.

Assim, se considera a inclusão, uma prática que se aplica em todas as modalidades sociais como trabalho, lazer, educação, mas principalmente na percepção das atitudes, das coisas do outro e de si. (CAMARGO,2017, p.1)

Uma sociedade inclusiva, implica no reconhecimento da valorização da diversidade, na garantia ao acesso e no fornecimento de oportunidades, não usando como empecilho as singularidades de cada indivíduo. Ao longo dos anos a segregação se tornou algo enraizado na sociedade, portanto para que a inclusão se torne permanente deve haver mudança de valores da sociedade, quebrando os paradigmas da exclusão, posto que a exclusão ocorre de diversas formas, sendo por questões étnicas, culturais, religiosas, econômicas e não somente por questões de uma pessoa ser portadora de necessidades especiais ou não.

Então, a educação inclusiva deve proporcionar acesso dos alunos com necessidades especiais às classes regulares. Partindo do ponto, que todos, precisam ter acesso ao conhecimento, à aprendizagem e se desenvolver socialmente.

Segundo Mrech (1998), o processo inclusivo é:

Um processo educacional que visa atender ao máximo a capacidade da criança portadora de deficiência na escola e na classe regular. Envolve o fornecimento de suporte de serviços da área de educação por intermédio dos seus profissionais. A inclusão é um processo constante que precisa ser continuamente revisto. (p.37-39)

Logo, a inclusão escolar se torna um paradigma a ser enfrentado pelas escolas de ensino regular e pelos professores, uma vez que o processo de inclusão deve ser implementado com cautela e executado atendendo as necessidades de cada aluno.

Mantoan (2003), explicita:

[...]a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (p.16)

Incluir, não significa apenas receber o aluno com necessidades educacionais especiais, dentro do âmbito escolar regular, mas sim dar todo o suporte para que este aluno seja bem acolhido e tenha todos os seus direitos assegurados. O ato de incluir implica diretamente, em dar todas as condições para a educação integral deste aluno, onde o aprendizado, o desenvolvimento, e a integração, aconteçam sem restrições ou segregações.

Tais preceitos fundamentais para se garantir uma inclusão bem sucedida, se não cumpridas afeta diretamente o sistema proposto, pois a base da inclusão educacional não pode se firmar no simples ato de garantir uma vaga na escola, mas sim no preparo de toda a estrutura educacional, sendo esta necessário que se haja um currículo adequado, equipamentos e estrutura física condizentes com cada situação e profissionais treinados e capacitados para desenvolverem suas funções adequadamente.

A UNESCO (1994), a grande inovação da inclusão é que a escola deve assumir a responsabilidade pelo percurso educativo das crianças, passando a ser responsável, pelos processos de aprendizagem, desenvolvimento de projetos e intercâmbios com outros países com experiência na educação inclusiva.

Dessa forma, os sistemas de ensino devem se organizar de maneira que possa proporcionar condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e até mesmo à uma comunicação que favoreça a promoção da aprendizagem e da valorização das diferenças. Freire(2008, p.13) alega que “a criação de uma educação inclusiva é entendida como um meio por excelência de difusão dos

valores de justiça e equidade social, solidariedade, respeito e participação democrática”. Onde na realização de uma educação inclusiva, se reconheça as limitações e as potencialidades, que se trabalhe as experiências, descobertas e principalmente a interação para que haja à construção de conhecimento.

A inclusão deseja que a educação seja para todos e que a escola seja um lugar de desenvolvimento e interação das pessoas, questionando todas as partes envolvidas, desde as políticas educacionais aos centros de convivência desses alunos, seja família, professores e até mesmo a comunidade.

2.3 Inclusão escolar: sem exceções e exclusões

Ao analisarmos o caminho percorrido pela educação especial ao longo dos anos, compreendemos a importância de se garantir a inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais nas classes regulares de ensino, observando porém que há um caminho a se percorrer para conquistar esse objetivo.

Tendo como finalidade a garantia do direito de todas à educação, a educação inclusiva, implica na igualdade de acesso e participação das escolas, transformando as políticas vigentes nos sistemas de ensino, mas também se faz necessário que se tenham garantias e condições de aplicabilidade da inclusão no que tange a realmente atingir o objetivo que não é somente incluir por incluir, mas sim equiparar as condições educacionais entre os alunos, para que o sistema funcione plenamente.

A educação é um meio de inserção de alunos com necessidades educacionais especiais, que permite a inclusão nos mais diversos contextos sociais, possibilitando mudanças no processo de ensino aprendizagem.

Mantoan (1998), indica que:

[...] a inclusão concilia-se com uma educação para todos e com um ensino especializado no aluno, mas não se consegue implantar uma opção de inserção tão revolucionária sem enfrentar um desafio ainda maior: o que recai sobre o fator humano. Os recursos físicos e os meios materiais para a efetivação de um processo escolar de qualidade cedem sua prioridade ao desenvolvimento de novas atitudes e formas de interação na escola, exigindo mudanças no relacionamento pessoal e social e na maneira de se efetivar os

processos de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, a formação do pessoal envolvido com a educação é de fundamental importância, assim como a assistência às famílias; enfim, uma sustentação aos que estarão diretamente implicados com as mudanças é condição necessária para que estas não sejam impostas, mas imponham-se como resultado de uma consciência cada vez mais evoluída de educação e de desenvolvimento humano (p. 51).

A escola passa a ser ressignificada, sendo a ela atribuídas funções não somente pedagógicas, mas também políticas e sociais, vindas por meio da diversidade dos alunos e das condições socioeconômicas e socioculturais. A inclusão entra como um paradigma para a melhoria da qualidade de ensino, atingindo assim, aqueles alunos oriundos da exclusão. Nesse contexto, vale ressaltar que a escola é um ambiente para todos, sendo equivocado dizer que a inclusão se destina apenas aos alunos com necessidades educacionais especiais, posto que na realidade brasileira a exclusão atinge questões étnicas, religiosas, econômicas e de várias outras procedências, precisando assim, desmistificar o preceito de que inclusão refere-se apenas aos alunos especiais. A inclusão deve proporcionar a integração dos alunos com a aprendizagem.

De acordo com Carvalho(2010):

A escola será um espaço inclusivo se, nela suas dimensões físicas nas salas de aula, nas dependências administrativas, nas áreas externas e em outros aspectos que envolvem a arquitetura e engenharia, permitirem acessibilidade física com maior autonomia possível, em especial para alunos com deficiência. A escola será um espaço inclusivo se houver articulação entre as políticas públicas que garantam aos cidadãos o exercício de seu direito à educação, como um bem. (p.98)

Logo, para se ter uma educação inclusiva é necessário que haja uma escola de qualidade para todos, sem segregações, medidas excludentes e especialmente um espaço sem rotulações. A proposta inclusiva, deve se referir a todos, como familiares, sociedade, escola proporcionando medidas educacionais que atendam aos interesses dos envolvidos.

Carvalho (2010) ainda ressalta que na inclusão escolar a intencionalidade educativa deve ser discutida e constar no projeto político-pedagógico; além das ações circunscritas à escola promoverem mudanças em inúmeros aspectos, garantindo uma rede de suporte para os professores, alunos e seus familiares.

Dessa forma, a proposta da educação inclusiva tem embasamento, nos Parâmetros Nacionais Curriculares (PCN) da educação especial, que promove a realização de adaptações curriculares, para atender as necessidades particulares dos alunos, levando em consideração não somente as capacidades intelectuais, mas os interesses e motivações. Buscando o respeito as diferenças, a socialização e visando a melhoria da qualidade do ensino para todos. (MEC /SEF/SEESP, 1998)

Ao se almejar conquistar uma escola para todos, é fundamental que se tenha um currículo dinâmico, permitindo se ajustar as necessidades pedagógicas dos alunos. As adaptações curriculares permitem que se criem possibilidades para superar as dificuldades dos alunos, onde se ofereçam oportunidades com resultados favoráveis, entre eles “a preparação e a dedicação da equipe educacional e dos professores; o apoio adequado e recursos especializados, quando forem necessários; as adaptações curriculares e de acesso ao currículo.” (MEC /SEF/SEESP,1998,p.34)

As adaptações podem ser relativas ao currículo da classe, quando são realizadas pelo professor e destinam-se as atividades da sala de aula, favorecendo a integração do aluno e sua aprendizagem e podem ser feitas de forma individualizada, com a identificação das interferências no processo de ensino-aprendizagem. Levando sempre em consideração as potencialidades de cada aluno, mas tendo como referência o currículo regular. (MEC /SEF/SEESP, 1998)

Carvalho (2010) salienta que:

Adequar currículos para todos os alunos é uma tarefa extremamente complexa, mas é uma necessidade que se impõe. E não se trata apenas de pensar nos alunos egressos da educação especial e que estejam nas classes regulares. Repensar o currículo e as metodologias utilizadas é da maior urgência para evitar os elevados e inaceitáveis índices de fracasso escolar com que temos convivido. (p.113)

Incluir alunos não requer apenas a garantia de sua matrícula, mas está atrelada à uma série de fatores como a adaptação curricular, a proporção de condições estruturais, professores preparados e capacitados, e sobretudo ao

entendimento das suas singularidades dos alunos, para que assim sua permanência na escola seja propulsora para novas conquistas.

De nada valerá ter nas estatísticas do país todas as crianças especiais matriculadas nas escolas, se na realidade no dia a dia estas crianças não estão sendo verdadeiramente atendidas, ferindo e desprezando alguns dos princípios fundamentais da inclusão.

Vale lembrar que os mesmos princípios de igualdade e de não segregação, precisam acompanhar outros que no conjunto produzem verdadeiramente os resultados esperados.

O princípio da dignidade da pessoa humana é fator fundamental para assegurar todos os outros direitos das pessoas. Sendo assim, alinhado com a Constituição Federal que garante direito a educação como dever do estado à população, percebemos que não se trata apenas de impor matrículas ou preencher vagas nas escolas. Esse direito faz com que o Estado Brasileiro seja obrigado a garantir não somente que a criança seja matriculada na escola, mas que a instituição de ensino seja adequada a ela, ou seja, não é somente garantir a vaga e sim dar plenas condições de ensino e aprendizagem.

Assim as adaptações curriculares, devem ser vistas como instrumentos para a superação das dificuldades escolares. (CARVALHO,2010) Pois são as adaptações que permitem a integração dos alunos e o favorecimento de sua aprendizagem, promovendo melhorias educacionais perante a ótica da escola para todos.

Em conjunto com as adaptações curriculares, estão as modalidades de apoio que visam o favorecimento da aprendizagem, da autonomia, da produtividade e da integração dos alunos com necessidades educacionais especiais. Os Parâmetros Nacionais Curriculares (PCN), classificam como elementos de apoio:

- as pessoas: familiares, amigos, profissionais, colegas, monitores, orientadores, professores (itinerantes, de sala de recursos, de apoio);
- os recursos físicos, materiais e ambientais;
- as atitudes, os valores, as crenças, os princípios;

- as deliberações e decisões políticas, legais, administrativas;
- os recursos técnicos e tecnológicos;
- os programas e serviços de atendimento genéricos e especializados. (MEC /SEF/SEESP, 1998)

Em vista disso, Carvalho (2010) considera indispensável a participação da família, em todo o processo que envolve a decisão do atendimento educacional que a escola busca oferecer, para que assim os familiares ou responsáveis, tenham envolvimento com a vida escolar desses alunos. (p.119)

Portanto, avaliamos que para se ter uma escola inclusiva é primordial que se tenha igualdade de ensino e nas oportunidades de aprendizagem, onde as atividades favoreçam as individualidades e necessidades de cada aluno.

2.4 A inclusão escolar sob o prisma da Secretaria de Educação do Distrito Federal

A educação especial na perspectiva da educação inclusiva abrange, todos os níveis, etapas e modalidades da Educação Básica. Em 2015, a Secretaria de Educação do Distrito Federal, criou o Regimento das Escolas Públicas, para subsidiar o planejamento e a adequação dos trabalhos realizados pelas Unidades Escolares.

Ao se referir a educação especial, o documento propõe no Art. 52, recursos e atendimentos especializados para os estudantes com deficiência, que completem ou suplementem o atendimento educacional realizado nas classes inclusivas. Prevê no Art.53, que o atendimento educacional seja preferencialmente nas classes comuns; que haja atendimento especializado em Salas de Recurso, na própria unidade escolar; que o atendimento educacional nas classes especiais seja em caráter transitório e temporário e que tenha atendimento em instituições especializadas na educação especial. Sobre os processos inclusivos o regimento indica:

Art. 54. Os estudantes da Educação Especial podem ser enturmadados, nas unidades escolares da Educação Básica, de acordo com as Orientações Pedagógicas da Educação Especial da SEEDF, da seguinte forma:

I. classe comum, prioritariamente, visando ao desenvolvimento de suas habilidades e à inclusão no processo educacional;

II. turmas de integração inversa, alternativa à classe comum com significativa redução do número de estudantes, de caráter transitório, constituídas por estudantes sem e com deficiências ou Transtorno Global do Desenvolvimento, voltadas aos processos de socialização, alfabetização e aquisição de comportamentos adaptativos;

III. classes especiais, quando, em decorrência de dificuldades de comunicação ou socialização, o estudante necessitar de atendimento diferenciado, em caráter temporário e transitório. (SEE-DF,2015, p.32)

Ainda de acordo com o Regimento, Art.199, a avaliação dos estudantes incluídos na classe comum deve considerar critérios compatíveis com as adequações realizadas.

Analisando as perspectivas inclusivas, se percebe que uma escola só será um espaço inclusivo se articular as políticas públicas para a garantia dos direitos a educação. Não se tratando apenas da garantia de acesso do aluno com necessidades especiais à escola, mas promovendo uma política curricular, onde se priorize as possibilidades de aprendizagem.

Carvalho (2010, p.99) afirma que “a escola só pode ser um espaço inclusivo se, nela, todos forem atores e autores”, justificando que todos os envolvidos, na escola e com o aluno, devem participar dos processos inclusivos.

Em 2016, a Secretaria de Educação, Esporte e Lazer do Distrito Federal (SEEDF), elaborou o documento sobre Estratégia de Matrícula, com o intuito de garantir a oferta de vagas à comunidade e uniformizar os processos a serem implementados pelas Unidades Escolares. Reafirmando o compromisso com as políticas educacionais e assegurando a formação de todos os alunos matriculados nas diferentes modalidade e etapas de ensino. Ao que incumbe a educação especial na perspectiva da inclusão, o documento explicita:

g) O (A) estudante que está ingressando na Educação Especial, será encaminhado(a) para o atendimento de suas NEE por meio de avaliação interventiva conduzida pelos(as) profissionais do SEEA, acompanhado pela CRE.

h) O(A) estudante da Educação Especial passará por estudo de caso anual, realizado com a participação da Equipe Gestora, do(a) Coordenador(a) Pedagógico(a), do(a) professor(a) regente e dos(as) profissionais do AEE e do SOE, para adequação dos procedimentos de atendimento educacional.

h.1) O Estudo de Caso com previsão de mudança no tipo de enturmação será realizado pelo SEAA com a participação do AEE, do SOE, da Equipe Gestora, do(a) Coordenador(a) Pedagógico(a), do(a) professor(a) regente[...]. (p.12)

O processo de inclusão é considerado um processo de constante adequação, pois deve ser baseado na singularidade dos alunos, e na adaptação perante as suas necessidades, sendo assim, cabe a cada unidade escolar identificar a sua realidade escolar e adequá-la às necessidades educacionais dos seus alunos.

De acordo com, Mantoan (2003) :

Incluir é necessário, primordialmente para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras. Não podemos contemporizar soluções, mesmo que o preço que tenhamos de pagar seja bem alto, pois nunca será tão alto quanto o resgate de uma vida escolar marginalizada, uma evasão, uma criança estigmatizada sem motivos. (p.30)

Com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), a inclusão representa um avanço na educação, pois pressupõe o ajuste das escolas comuns, promovendo mudanças no ensino regular, com o objetivo de que a diversidade não deve apenas ser aceita, mas também desejada. O documento assegura que os serviços de educação especial, devem ser oferecidos em classes especiais, escolas especiais, classes hospitalares e em ambiente domiciliar.

As classes hospitalares e o ambiente familiar são possibilidades de aprendizagem, fornecidas aos alunos impossibilitados de frequentar a sala de aula, promovendo o desenvolvimento de aprendizagem para a reintegração desses alunos.

A classe especial por sua vez é uma sala de aula, em escola de ensino regular, com espaço físico e modulação adequada, sendo uma classe de caráter

transitório constituída exclusivamente por estudantes que apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem ou comunicação e sinalização diferentes dos demais alunos, que demandam apoios intensos e contínuos - Deficiente Intelectual (DI), Deficiência Múltipla (DMU) e Transtornos Globais do Desenvolvimento(TGD). Os alunos atendidos devem ter assegurados:

- a) professores especializados em educação especial;
- b) organização de classes por necessidades educacionais especiais, sem agrupar alunos com diferentes tipos de deficiências;
- c) equipamentos e materiais específicos;
- d) adaptações de acesso ao currículo e adaptações nos elementos curriculares;
- e) atividades da vida autônoma e social no turno inverso, quando necessário.(MEC/SEESP,2001,p.52)

O professor, nesse tipo de sala, desenvolve métodos, técnicas, procedimentos didáticos e recursos pedagógicos especializados. O currículo deve ser flexível às condições dos alunos, desenvolvendo também a vida autônoma dos mesmos. A classe especial correspondera à etapa, ciclo ou modalidade de ensino da educação básica que o aluno se encontra, proporcionando atividades conjuntas com os demais estudantes das classes regulares.

Há também a chamada integração inversa, constituída por estudantes com Deficiência Intelectual(DI), Deficiência Física(DF), Deficiência Visual(DV), Deficiência Múltipla(DMU) ou Transtornos Globais do Desenvolvimento(TGD). Podendo o aluno permanecer nessa integração o período que necessitar, a partir da Educação Infantil até o quinto ano do Ensino Fundamental.

As avaliações feitas com os alunos na classe especial e com os alunos em integração inversa são feitas durante o período de permanência, sendo anual e com a participação da equipe gestora, do coordenador pedagógico, do professor regente e dos profissionais das equipes de apoio, analisando a sua continuidade na referida classe. (SEEDF, 2016, p.12)

Sendo assim, a avaliação para o aluno seja incluso nas salas regulares, deve ser feita a partir do seu desenvolvimento, em conjunto com a equipe pedagógica da escola em conjunto com a família.

À vista disso, Carvalho (2010), ressalta a importância de que todos precisam vivenciar a inclusão, para que as práticas pedagógicas sejam aprimoradas

e adequadas às características individuais de aprendizagem. Pois por muito tempo o “diferente” era sinônimo de anormalidade, onde quem “portava” algum tipo de deficiência, era privado do convívio social, sendo muitas vezes segregados, pelas escolas e pela família.

A inclusão então torna-se um desafio, que implica nas modificações das ideias, dos comportamentos e do modelo educacional, em que todas as pessoas e os ambientes são agentes transformadores desse processo, proporcionando possibilidades de desenvolvimento e interações.

2.5 As necessidades educacionais especiais dos alunos da SEE/DF

O Conselho Nacional de Educação em 2001, instituiu a resolução nº2, que define as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, onde no Art. 2º estabelece, que cabem aos sistemas de ensino a responsabilidade de matricular todos os alunos, cabendo as escolas à organização para o atendimento desses educandos com necessidades educacionais especiais, de forma à assegurar as condições necessárias para que a educação oferecida seja de qualidade para todos.

O parágrafo único desse artigo indica que

Os sistemas de ensino devem conhecer a demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos. (CNE,2001, p.1)

A mesma Resolução determina, no Art.3º que a educação especial é a modalidade de educação que deve se pautar em propostas pedagógicas que assegurem os recursos educacionais especiais “organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns” (p.1), para a garantia da escolaridade e do desenvolvimento das potencialidades dos alunos com necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Sendo assim, indica-se que, a educação especial é uma modalidade de ensino que atende à todos os níveis, etapas e modalidades da Educação Básica.

Visando à organização do atendimento educacional dos estudante com necessidades educacionais especiais, a rede pública do Distrito Federal, publicou no ano de 2006 o Plano Orientador das Ações de Educação Especial nas Escolas Públicas do Distrito Federal.

O documento destaca que o movimento de inclusão escolar previsto para a Secretaria de Educação do DF, será implementado de modo processual e contínuo com o objetivo de atender a diversidade presente na rede de ensino. Promovendo os ajustes necessários e a adequação do sistema de ensino público do Distrito Federal, para que se tenha um processo inclusivo responsável e efetivo garantindo à todo estudante o direito à educação, independentemente de suas necessidades educacionais.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, dispõe que:

[...]a educação da escola regular, deve promover o atendimento às necessidades educacionais especiais de estudantes com deficiência, Transtornos Globais de Desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais desses estudantes (MEC/SEESP, 2008, p.9).

Dessa maneira, a Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal, tem trabalhado nas ações e políticas educacionais, de forma a priorizar a inclusão de todos os estudantes com necessidades especiais. De acordo com o Censo escolar de 2016, o número de matrículas de necessidades educacionais especiais foram 11.175, sendo 8.979 em classes comuns e 2.196 em classes especiais.

EDUCAÇÃO ESPECIAL DA REDE PÚBLICA ESTADUAL

7.6. MATRÍCULA INICIAL EM CLASSE COMUM, POR TIPO DE NECESSIDADE EDUCACIONAL ESPECIAL, SEGUNDO REGIÃO ADMINISTRATIVA

2016

REGIÃO ADMINISTRATIVA	TIPO DE NECESSIDADE EDUCACIONAL ESPECIAL							
	TOTAL	VISUAL	AUDITIVA/ SURDO CEGUEIRA	FÍSICA	INTELLECTUAL	TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO	MÚLTIPLA	ALTAS HABILIDADES/ SUPERDOTAÇÃO
Brasília	867	66	94	111	321	178	21	76
Gama	668	22	86	171	243	95	26	25
Taguatinga	740	30	29	127	390	105	33	26
Brazlândia	394	12	38	49	250	10	33	2
Sobradinho	412	14	39	60	201	39	24	35
Planaltina	814	18	63	107	486	49	44	47
Paranoá	384	15	22	76	221	18	30	2
N. Bandeirante	125	5	30	14	45	14	8	9
Ceilândia	1.591	59	170	244	856	129	84	49
Guará	294	9	33	58	115	31	13	35
Cruzeiro	81	4	2	14	32	9	-	20
Samambaia	484	24	42	108	201	43	23	43
Santa Maria	523	24	59	124	203	63	39	11
São Sebastião	291	16	24	51	140	27	15	18
Recanto das Emas	401	20	31	70	196	43	36	5
Lago Sul	29	-	1	6	18	4	-	-
Riacho Fundo	119	3	17	23	60	8	6	2
Lago Norte	46	1	4	9	13	1	-	18
Candangolândia	54	1	5	17	19	8	2	2
Águas Claras	52	2	1	8	31	5	4	1
Riacho Fundo II	149	6	7	35	65	16	18	2
Sudoeste/Octogonal	18	-	-	-	1	17	-	-
Varjão	21	2	-	4	9	3	-	3
Park Way	6	-	-	5	1	-	-	-
SCIA	80	3	3	15	46	5	7	1
Sobradinho II	199	7	2	24	109	15	17	25
Jardim Botânico	5	1	-	1	1	1	1	-
Itapoá	76	3	3	15	44	5	5	1
S I A	2	-	-	-	-	2	-	-
Vicente Pires	16	1	-	1	11	3	-	-
Fercal	38	2	1	5	24	1	5	-
TOTAL	8.979	370	806	1.552	4.352	947	494	458

FONTE: CENSO ESCOLAR-SEE/DF

Imagem 1- Fonte: Censo Escolar-SEE/DF 2016

EDUCAÇÃO ESPECIAL DA REDE PÚBLICA ESTADUAL

7.5. MATRÍCULA INICIAL EM CLASSE ESPECIAL, POR TIPO DE NECESSIDADE EDUCACIONAL ESPECIAL, SEGUNDO REGIÃO ADMINISTRATIVA

2016

REGIÃO ADMINISTRATIVA	TIPO DE NECESSIDADE EDUCACIONAL ESPECIAL						
	TOTAL	VISUAL	AUDITIVA/ SURDO CEGUEIRA	FÍSICA	INTELLECTUAL	TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO	MÚLTIPLA
Brasília	200	-	45	-	35	109	11
Gama	181	2	-	-	117	55	7
Taguatinga	302	-	133	-	87	66	16
Brazlândia	19	-	-	-	12	7	-
Sobradinho	117	-	16	-	59	23	19
Planaltina	143	-	17	-	77	33	16
Paranoá	87	2	6	-	50	24	5
Núcleo Bandeirante	25	-	-	-	18	2	5
Ceilândia	563	-	32	-	370	107	54
Guará	86	-	-	-	42	38	6
Cruzeiro	20	-	-	-	14	4	2
Samambaia	139	-	2	-	77	42	18
Santa Maria	90	-	-	-	56	27	7
São Sebastião	123	-	-	-	70	24	29
Recanto das Emas	111	-	7	-	73	15	16
Lago Sul	34	-	-	-	10	-	24
Riacho Fundo	29	-	-	-	13	11	5
Candangolândia	13	-	-	-	8	4	1
Águas Claras	48	-	-	-	36	9	3
Riacho Fundo II	54	-	-	-	27	13	14
Sudoeste/Octogonal	3	-	-	-	-	3	-
Park Way	25	-	-	-	9	5	11
SCIA	17	-	-	-	11	3	3
Sobradinho II	66	2	-	-	38	21	5
Fercal	1	-	-	-	-	1	-
TOTAL	2.496	6	258	-	1.309	646	277

FONTE: CENSO ESCOLAR-SEE/DF

Imagem 2-Fonte: Censo Escolar-SEE/DF 2016

Dentre os tipos necessidades educacionais atendidas que estão vinculadas a uma deficiência, enquadram-se os seguintes: deficiência sensorial (deficiência auditiva/surdez, deficiência visual e surdocegueira), deficiência física, deficiência múltipla e deficiência intelectual/mental (altas habilidades/superdotação e Transtornos Globais do Desenvolvimento-TGD).

Conforme o Censo de 2016, os tipos de necessidades educacionais especiais, com maior número de matrículas foi a intelectual com 5.661, seguida pelo TGD com 1.593.

Dando enfoque aos TGD'S, segundo o Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (DSM-IV-TR), os Transtornos Globais do Desenvolvimento, caracterizam-se por um comprometimento grave e global em diversas áreas do desenvolvimento: habilidades de interação social e recíproca, habilidades de comunicação ou presença de estereotípias de comportamento, interesses e atividades. Os estudantes com Transtornos Globais do Desenvolvimento(TGD) são aqueles que possuem diagnósticos de autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil, conforme classificação do Ministério da Educação (MEC/SEESP, 2007).

Portanto ao se tratar da Educação Especial na perspectiva inclusiva, implica em tratar o currículo de todas as modalidades de ensino, pois esses estudantes estarão presentes em cada uma delas. Assim, a Secretaria de Educação do Distrito Federal, fundamenta essa educação nos princípios da equidade, do direito à educabilidade de todos os seres humanos, na liberdade de expressar-se, de ser diferente e de aprender, independentemente das necessidades que possam apresentar, garantindo suas aprendizagens no contexto das suas diversidades.

2.6 Transtorno do Espectro Autista - Uma pequena viagem pelo tempo: História do autismo

A palavra “autismo” deriva do grego “autos”, que significa “voltar-se para si mesmo”. (SILVA, GAIATO e REVELES, 2012). O termo foi usado primeiramente pelo psiquiatra austríaco Eugen Bleuler, em 1911, para descrever um dos sintomas causados pela esquizofrenia, referindo-se a tendência do esquizofrênico de se tornar alheio ao mundo social.

Em 1943, Leo Kanner, psiquiatra infantil austríaco, desempenha estudos e pesquisas com um grupo de onze crianças que apresentavam características de isolamento extremo, comportamentos estranhos e peculiares desde o início da vida. Percebendo o autismo como característica mais marcante, nessas crianças, deu origem a expressão “Distúrbio Autístico do Contato Afetivo”. Em que as características observadas eram:

[...]incapacidade para estabelecer relações com as pessoas, um vasto conjunto de atrasos e alterações na aquisição e uso da

linguagem e uma obsessão em manter o ambiente intacto, acompanhada da tendência a repetir uma sequência limitada de atividades ritualizadas. (ORRÚ, 2012, p.18)

Kanner, notou outro aspecto em comum dessas crianças, que os pais estabeleciam um contato afetivo muito frio com elas. Apesar do nível alto de conhecimento, eles investiam mais na observação do que no contato físico, surgindo assim o termo “mãe geladeira” para se referir ao modo distante de relacionamento com os filhos. Considerou-se então, que o aparecimento da síndrome era provocada pela maneira afetiva fria dos familiares e pela hostilidade inconsciente de personalidade que se criava antes mesmo do nascimento dessas crianças.

A conjunção das idéias de pais frios e distantes com as crianças incapazes de sentir; arquitetou uma das concepções mais recorrentes em psicanálise sobre a etiologia do autismo: a de que as crianças não foram objeto de um certo investimento dos pais, não foram inventadas por eles, invenção esta tida como indispensável para inseri-las no campo psíquico, da linguagem e da cultura. (CAVALCANTI e ROCHA, 2001, p.48)

Acreditava-se assim, que o desenvolvimento da síndrome na criança, poderia ser ocasionado ainda em sua vida intrauterina, associando-se ao fato de rejeição da gestação e conseqüentemente do não relacionamento com os pais ou qualquer outra pessoa após o nascimento, não proporcionando possibilidades de comunicação.

Por muitos anos o autismo foi considerado como uma psicose, pelos exames realizados, não conseguiram comprovações dos laboratórios. Kanner acreditava que as crianças com essas características eram incapazes de se comunicar através da linguagem e do contato afetivo. Com o tempo algumas contradições apresentaram-se, pois ele se surpreendeu com a capacidade de memorização de algumas crianças, escrevendo:

O vocabulário incrível das crianças que adquiriram a linguagem, a excelente memória para acontecimentos ocorridos há vários anos, a fenomenal capacidade de decorar poemas e nomes e lembrar-se precisamente de sequências e esquemas complexos, testemunham uma boa inteligência no sentido comumente aceito deste termo. (KANNER apud CAVALCANTI e ROCHA, 2001, p.44)

Desmistificando o conceito de que o mundo autístico era “vazio” e “despovoado”, Kanner defendeu a “inacreditável capacidade poética e criadora” dessas crianças, ao afirmar que as palavras e frases emitidas por elas faziam sentido, quando originalmente estudadas dentro de um contexto e sendo ligadas às situações específicas à que foram emitidas, tornando-se assim compreensíveis.

Em paralelo com o estudo de Kanner, Hans Asperger, publicou sua tese de doutorado, a “Psicopatia Autista na Infância”, em 1945, no qual observou que os padrões de comportamentos e habilidades descritas, ocorriam comumente em meninos, apresentando deficiências sociais mais graves.

Descreveu um transtorno da personalidade que incluía falta de empatia, baixa capacidade de fazer amizades, monólogo, hiperfoco em assunto de interesse especial e dificuldade de coordenação motora (quadro que depois ficou denominado síndrome de Asperger). (SILVA, GAIATO e REVELES, 2012,p.160)

Hans Asperger ressaltou o termo “psicopatia autística”, mas devida à alguns transtornos causados pela palavra psicopatia, foi criado o termo denominado de Diagnóstico da Síndrome de Asperger. Ele se referia as crianças que estudou de “pequenos mestres” devido as capacidades de discorrer minuciosamente sobre um tema.

Em 1960, Lorna Wing, publicou textos que seriam de grande importância para o estudo sobre o assunto do Autismo, sendo a primeira pessoa a descrever a tríade de sintomas: alteração na sociabilidade, comunicação/linguagem e padrão alterado de comportamentos. Introduzindo a ideia de que os sintomas poderiam ocorrer em variados graus de intensidade e de diversos tipos de manifestações. (SILVA, GAIATO e REVELES, 2012)

Orrú (2012), revela que as controvérsias que houveram para definir o autismo, proporcionaram dois olhares distintos: um através da psicogenicidade, em que o autismo é decorrente de uma desorganização da personalidade no quadro das psicoses e o outro pela organicidade, no qual determina o autismo como decursivo dos distúrbios globais do desenvolvimento.

A partir da década de 80, o autismo passou a receber o reconhecimento especial, sendo diferenciado da esquizofrenia e não pertencendo mais aos

subgrupos das psicoses infantis. Silva, Gaiato e Reveles(2012) destaca que o problema desde então passou a ser tratado com síndrome e como um distúrbio do desenvolvimento. Sendo melhor definido subsequentemente pelos guias médicos CID 10 e DSM-IV.

Anteriormente ao DSM-IV, o autismo não possuía um estatuto de diagnóstico oficial, passando desde então a ser classificado como uma perturbação do desenvolvimento. O DSM-IV estabelece subdivisões, pautadas no termo mais geral do transtorno do espectro autista, na tentativa de desenvolver serviços para amparar as necessidades de pessoas com autismo ou distúrbios à ele relacionados.

São utilizados para a classificação do DSM-IV, três critérios, o primeiro está ligado ao uso de comportamentos não-verbais (expressões faciais, postura corporal e gestos para interação social), o segundo se associa aos relacionamentos e o terceiro à falta de divisão de momentos de forma espontânea com outras pessoas. O DSM-IV diz:

Os prejuízos qualitativos que definem essas condições representam um desvio acentuado em relação ao nível de desenvolvimento ou idade mental do indivíduo. Essa relação abarca Transtorno Autista, Transtorno de Rett, Transtorno Desintegrativo da Infância, Transtorno de Asperger e Transtorno Invasivo do Desenvolvimento sem outra especificação.(apud Orrú 2012,p.25)

Com base no DSM-IV, os Transtornos Globais do desenvolvimento pode ser dividido em dois grupos o primeiro grupo denominado de PEA's inclui a Perturbação Autista, a Síndrome de Asperger e Perturbação Desintegrativa da 2ª Infância, o segundo é constituído por patologias designadas de Perturbação Global de Desenvolvimento sem outra especificação e a Síndrome de Rett.

De acordo com a CID-10, as anormalidades qualitativas, referem-se ao funcionamento global do indivíduo, se caracterizando pelo prejuízo severo e incapacidade do desenvolvimento humano, variando em grau de acometimento. (ORRU,2012)

Os estudos sobre o autismo foram aprofundados, sendo possível um diagnóstico com critérios específicos. Assim, com o objetivo de despertar o interesse da sociedade pelo assunto, em dezembro de 2007 a ONU instituiu o dia 2 de abril,

como o Dia Mundial da Conscientização do Autismo, possibilitando um alerta para que os Transtornos Invasivos do Desenvolvimento(TID), fossem vistos com maior responsabilidade, produzindo cada vez mais conhecimento.

2.7 Afinal o que é autismo? - Caracterizando o autismo

É comum ao nos referirmos ao autismo, pensamentos de que essas pessoas são “impenetráveis”, “vazias”, inacessíveis e desprovidas de sentimento. Silva, Gaiato e Reveles(2012) diz que :

Quando se ouve a palavra "autismo", logo vem à mente a imagem de uma criança isolada em seu próprio mundo, contida numa bolha impenetrável, que brinca de forma estranha, balança o corpo para lá e para cá, alheia a tudo e a todos. Geralmente está associada a alguém "diferente" de nós, que vive à margem da sociedade e tem uma vida extremamente limitada, em que nada faz sentido. Mas não é bem assim. Esse olhar nos parece estreito demais: quando nós falamos em autismo, estamos nos referindo a pessoas com habilidades absolutamente reveladoras, que calam fundo na nossa alma, e nos fazem refletir sobre quem de fato vive alienado. (p. 05)

Considerado um transtorno do desenvolvimento, o autismo, caracteriza-se por alterações significativas de comunicação, na interação social e no comportamento, partindo do princípio que o desenvolvimento é um conjunto de aquisições que definem as relações do ser humano com o mundo em que vive. O autismo deve ser entendido como uma síndrome e não como uma doença específica, pois existem gradações na presença e intensidade dos sintomas, o que confere graus diferenciados de comprometimento, indo do leve ao elevado. Nesse aspecto, se tem como definição:

O autismo infantil pode ser considerado um distúrbio do desenvolvimento caracterizado por um quadro comportamental peculiar e que envolve sempre as áreas da interação social, da comunicação e do comportamento em graus variáveis de severidade; este quadro é, possivelmente, inespecífico, e representa uma forma particular de reação do sistema nervoso central frente a uma grande variedade de insultos que podem afetar, de forma similar, determinadas estruturas do sistema nervoso central em períodos precoces do desenvolvimento. (SCHWARTZMAN, 1997 apud SCHWARTZMAN, 2003, p.11)

Vale salientar que nenhum autista é igual à outro, e que nem sempre o autismo está associado à deficiência mental, podendo ocorrer em crianças

classificadas com inteligência normal. Sua causa pode estar relacionada a alterações biológicas que podem afetar o funcionamento cerebral, mas uma definição precisa, ainda não foi determinada.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) 70 milhões de pessoas tem autismo, sendo sua proporção de acometimento de quatro meninos para uma menina, onde as meninas quando diagnosticadas apresentam quadros clínicos mais severos.

A principal área acometida, pelo autismo é a da habilidade social, dificultando e impedindo que as pessoas com autismo percebam algumas situações no ambiente em que estão inseridas, a segunda área prejudicada é a da comunicação verbal e não verbal e a terceira é a das inadequações comportamentais; sendo dentre as três a mais evidente a falta de habilidade social. (SILVA, GAIATO e REVELES, 2012)

Crianças autistas indicam suas necessidades (quando o fazem), por meio de gestos e do uso de pessoas como instrumento para a realização da ação desejada; apresentam repertório de interesses e atividades repetitivos e restritos, com resistência a mudança de rotina, dificuldade de lidar com o inesperado e muitas vezes não aprendem através dos métodos comuns de ensino.

O diagnóstico de autismo, por muito tempo, foi confuso, de maneira que possuíam diferentes significados para diversos autores. Porém com o surgimento do critério de diagnósticos descritivos- DSM e CID, houve uma melhor definição e alinhamento do autismo.

Em decorrência da complexidade clínica apresentada pelo autismo é necessário, que as pessoas que apresentam suas características sejam avaliadas minuciosamente. Com graus variáveis de severidade o transtorno afeta também a parte sensorial, como visão, tato, olfato e paladar. De acordo com Steiner (apud ORRÚ 2012) o autismo se manifesta antes dos três anos, caracterizando-se pelo desenvolvimento anormal ou alterado, com perturbação no funcionamento dos domínios da interação social, da comunicação e do comportamento habitualmente focalizado e repetitivo.

É importante o acompanhamento dos marcos de desenvolvimento da criança na primeira infância, pois certas crianças com autismo apresentam desenvolvimento normal, nesse período, chegando até mesmo a adquirir uma linguagem funcional. Entretanto por causa da condição, pode perder progressivamente essa aquisição e se tornar suscetível a consequências sérias. Desse modo muitas das alterações, apresentada por essas crianças ocorrem pela falta de compreensão e reciprocidade na comunicação, afetando não somente a parte verbal, mas as condutas simbólicas que dão significados às interpretações e das emoções nas relações interpessoais. (ORRÚ,2012)

O diagnóstico precoce no caso do autismo, se torna fundamental, pois o quanto antes se notar que algo não vai bem, maiores serão as chances de oportunidades de proporcionar melhoras nas disfunções causadas por essa condição.

Dessa forma é preciso não somente apenas conhecer o diagnóstico, mas entender a causa e conhecer o sujeito autista, desprendendo-se de “rótulos” e do estigma que a palavra “autismo” carrega.

2.8 O Autismo na escola

O objetivo da educação inclusiva é ensinar a todos os seus estudantes, sem distinção, buscando reconhecer e trabalhar com qualidade as necessidades educacionais específicas de todos os alunos. Dessa maneira, a sala de aula do ensino regular se torna um espaço real de inclusão, onde as diferenças se apresentam como fator de contribuição para a convivência com a heterogeneidade, consistindo em uma forma de promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal desses alunos. Neste cenário, estão inseridas as crianças com autismo.

Segundo Silva, Gaiato e Reveles(2012)

O ingresso na escola é um marco importante no desenvolvimento das crianças. Não apenas para o aprendizado em si, mas também pelo desenvolvimento social e pela formação do ser humano como um todo. (p.107)

Desse modo a criança autista deve ter oportunidade de aprendizagem em escola regular com todo tipo de criança, mas é de suma importância a individualização do processo de ensino aprendizagem, o que implica no reconhecimento das características e dificuldades individuais de cada aluno, para determinar a adequação necessária de aprendizagem. (OAB,2015)

O desempenho escolar de uma criança autista depende do grau de acometimento do transtorno, onde crianças com nível mais grave de autismo podem permanecer dependentes de ajuda; com nível leve ou somente traços autísticos, em sua maioria acompanham bem os conteúdos pedagógicos e as com autismo clássico, necessitam de atenção individualizada. (SILVA, GAIATO e REVELES,2012)

Em vista disso, é preciso que se analise a situação individual de cada aluno em todos os aspectos, desde sua capacidade de adaptação aos métodos de ensino e a maneira como a escola se prepara para receber este aluno.

Logo, buscam-se terapias com abordagens comportamentais, que consistem em vários treinos de repetições, pautadas em estratégias educacionais, para que o aluno aprenda. Hoje os métodos mais utilizados são o educacionais, hoje as estratégias educativas mais usadas são: o *TEACCH (Treatment and Education of Autistic and related Communication Handicapped Children)* e o *ABA (Applied Behavior Analysis)*.

2.8.1 TEACCH

O método *TEACCH* utiliza estímulos visuais e audiocinestésicos visuais para produzir comunicação, procurando focar na comunicação receptiva do aluno. É um método frequentemente utilizado no Brasil, por instituições que trabalham com crianças autistas, tendo seus princípios baseados nas teorias comportamentais, é um programa que observa os comportamentos das crianças autistas, em diversas situações e em distintos estímulos, proporcionando o desenvolvimento do indivíduo em diferentes níveis. (ORRÚ,2012)

Trabalha com rotinas de ambiente, sendo o mesmo totalmente manipulado pelo profissional, visando o desenvolvimento da independência da criança e o desaparecimento de comportamentos “inadequados”.

Com a finalidade de desenvolver a autonomia, o método além de promover à adaptação do ambiente, faz o uso de imagens e facilitando a compreensão do aluno e promovendo sua independência para as resoluções das atividades e das suas rotinas diárias.

2.8.2 ABA

A Análise do Comportamento Aplicada, é uma análise que explica a associação entre o ambiente, o comportamento e a aprendizagem, baseada a partir de observações. Tendo como objetivo ensinar comportamentos que proporcionem ao autista independência em sua vida e integração com o meio em que vive.

O método trabalha com atividades especiais que focam na comunicação e nas habilidades de brincar, de se socializar e nas habilidades acadêmicas; partindo do princípio do reforço de comportamento.

[...] aprendemos através de associações e nosso comportamento é “modificado” através das consequências. Tentamos coisas e elas funcionam; então as fazemos novamente. Tentamos coisas e elas não funcionam; então é menos provável que as façamos novamente. Nosso comportamento foi “modificado” pelo resultado ou consequência. (INTRODUÇÃO À ABA – CAPÍTULO 1-4)

Podendo ser trabalhado em qualquer idade, o programa concentra-se apenas nas premiações não resultando em punições. Aplicado nas escolas, busca trabalhar todas as áreas de acordo com as peculiaridades e particularidades de cada aluno, sendo fundamental uma integração de todos os envolvidos com a criança.

3 METODOLOGIA

3.1 Pesquisa Qualitativa

O presente trabalho tem metodologia embasada na abordagem qualitativa, buscando a compreensão e o entendimento de como se dá o processo de inclusão de um aluno com autismo no ambiente escolar, pautando no entendimento de se compreender quem é esse aluno e identificando as estratégias utilizadas pelos professores para a efetivação dessa inclusão, a partir das experiências individuais da pesquisadora.

Segundo Gonsalves (2003), a pesquisa qualitativa preocupa-se com a compreensão e com a interpretação do fenômeno, levando em consideração os significados que os outros dão às suas práticas.

Assim se compreende que a pesquisa qualitativa está voltada para as questões particulares, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, se fundamentando nas ações e relações humanas.

Diante disso, a estratégia de pesquisa aplicada nessa pesquisa foi o Estudo de Caso, que pede uma avaliação qualitativa e necessita de um aprofundamento maior do “objeto” delimitado.

3.2 Estudo de Caso

É um delineamento da pesquisa, fundamentado na ideia de que a análise de uma unidade de um determinado universo possibilita a compreensão da generalidade do mesmo, ou estabelece bases para uma investigação posterior. Sendo caracterizado por um estudo profundo e exaustivo, permite um conhecimento amplo e detalhado do “objeto” estudado. (GIL,2008)

Por meio desse aprofundamento, foi possível adentrar na realidade do aluno e acompanhar o processo que envolvia sua inclusão escolar, permitindo assim o conhecimento de quem é esse aluno com autismo, como também as estratégias utilizadas pelo professor para a tal inclusão. Sendo utilizado como um dos métodos para coleta de dados a observação participante.

3.3 Observação Participante

De acordo com Gil(2008), a observação participante, consiste na participação real do observador na vida da comunidade, de um grupo ou de uma determinada situação. Onde o observador assume o papel de um membro do grupo, até certo ponto e adquire conhecimentos a partir do interior dele mesmo. Esse método pode se dar de duas formas: “(a) natural, quando o observador pertence à mesma comunidade ou grupo que investiga; e (b) artificial, quando o observador se integra ao grupo com o objetivo de realizar uma investigação”. (p.108)

Por isso, a pesquisa foi considerada majoritariamente participante de forma artificial, mas com momentos em que a pesquisadora atuou e participou mais ativamente da prática docente e do acompanhamento das crianças durante andamento da observação

Outra ferramenta utilizada para a pesquisa foi entrevista semi-estruturada.

3.4 Entrevista semiestruturada

Consiste em perguntas previamente formuladas, mas que permitem espaços para se abrir à outras perguntas, de acordo com as respostas do participante. É um instrumento que proporciona espontaneidade e liberdade ao entrevistado, gerando assim uma rica investigação.

Segundo Martins(2008), no Estudo de Caso é comum a condução de entrevistas de forma mais espontânea, possibilitando perguntas e respondentes-chave, que fornecem ao pesquisador percepções e interpretações do encadeamento de evidências. Além de oferecer perspectivas diferentes sobre determinado evento, seja por falas, gestos e olhares distintos dos entrevistados.

Para complementar a pesquisa, além das entrevistas, também foi usado o diário de campo, com o intuito de anotar todos os acontecimentos relevantes no “campo” para o estudo do “objeto”.

3.5 Diário de Campo

O diário de campo permite o registro de todas as informações desde o início da pesquisa até a sua conclusão. Conforme Minayo (1993), é exatamente onde está tudo aquilo que foi percebido no campo da pesquisa, constando geralmente os registros diários, o local de pesquisa e tudo o que foi investigado para posteriormente se fazer a análise.

3.6 Procedimento de pesquisa

A pesquisa realizada é qualitativa, tendo como estratégia um estudo de caso, baseado em relatórios de observação (diários de campo), resultado a partir de um estágio obrigatório, conhecido como Projeto 4, no curso de Pedagogia da Universidade de Brasília, e também na observação participante. Durante um ano e meio, foram feitas as observações. As práticas foram realizadas duas vezes por semana, cinco horas à cada encontro, totalizando duzentos e setenta horas.

As mediações foram realizadas em acompanhamento à uma criança do sexo masculino diagnosticado com TEA (Transtorno do Espectro Autista), observando sua rotina no ambiente escolar, tendo como objetivo entender como ocorre a inclusão da mesma nesse espaço escolar e como se dá o processo de transição da classe especial para a classe regular de ensino.

O estudo realizado baseia-se principalmente nos relatórios de observação, construídos através do estágio, em análises de documentos referente ao aluno, material da escola, entrevistas com os professores, mãe do aluno e, também na observação participante realizada.

A escolha da escola considerou indicações de professores a Universidade de Brasília, mediante os objetivos da pesquisa.

4 ANÁLISE DE DADOS

4.1 Caracterização da Escola

A pesquisa foi realizada em uma escola regular da rede pública de ensino fundamental, localizada no Distrito Federal. A escola atende turmas do 1º ano ao 5º ano nos dois turnos, matutino e vespertino, sendo constituída por dezessete salas de aula, onde seis delas são de classe especial, voltadas para o atendimento de alunos com autismo. As demais turmas são regulares inclusivas contemplando alunos com: TDAH, TGD e DI. A escola conta ainda com uma sala de informática, uma sala de recursos, quatro banheiros destinados aos alunos e um aos professores, secretaria, direção, SOE, sala de apoio, sala dos professores e biblioteca.

A escola tem um pátio onde ocorrem a entrada dos alunos e atividades destinadas à interação, atividades culturais e recreação (para tal possui brinquedos, bolas e raquetes), pois a mesma não possui quadra de esportes e o parque de areia existente é pouco utilizado.

O projeto político pedagógico da mesma, foi elaborado com a participação de todos os envolvidos com a escola, como pais, alunos, professores, auxiliares de educação e equipe gestora; procurando assim, possibilitar uma abrangência de atuação por parte dessas pessoas. Por ser conhecida por acolher muitas crianças com autismo, a escola possui na maioria das turmas regulares uma ou duas crianças incluídas que são acompanhadas por monitores ou estagiários. Com o objetivo de oferecer um ensino de excelência à comunidade assegurando uma educação integral a todos os alunos.

4.2 Caracterização das turmas

4.2.1 Classe Especial

A classe especial possui o número de alunos reduzido, sendo composta por quatro alunos com autismo, dividida para duas professoras, cada uma ficava responsável por dois alunos. A professora se organizava de forma a dar aula aos

dois alunos, mas em níveis diferentes, pois cada um estava em uma etapa de escolarização.

As aulas eram preparadas com muita dinâmica entre os conteúdos, explorando a criatividade dos alunos e sua capacidade de autonomia, com jogos, atividades artísticas, contações de histórias e atividades experimentais como pintura e cozinha. Todas as atividades tinham propostas vinculadas aos conteúdos e incentivavam os alunos à explorarem novas vivências e até mesmo à quebrarem barreiras impostas pelo autismo. Além das atividades citadas, os alunos iam uma vez por semana para a Escola Parque, onde os alunos participavam de atividades artísticas, sociais e de recreação (música, dança, teatro, pintura, exposições, grêmios e educação física).

4.2.2 Classe Regular

A sala era do quarto ano do ensino fundamental, composta por 12 alunos, onde por determinação da lei o número de alunos deve ser reduzido pelo fato de haver um aluno inclusivo. A sala foi escolhida, para fazer um acompanhamento de observação de como foi feita a inclusão do aluno autista que eu havia acompanhado no primeiro estágio, onde o mesmo saiu da classe especial e entrou na classe regular.

A turma era bastante unida, a professora trabalhava de forma à atender a todos e principalmente para amparar o aluno autista, todos os alunos sabiam lidar com seu colega autista da classe, ajudavam, incluíam ele de forma admirável, onde sabiam da sua especificidade, mas não havia distinções. A didática utilizada era bastante lúdica, com jogos, atividades ao ar livre, horta e cozinha experimental, dinamizando assim os conteúdos e tornando as aulas mais leves.

O aluno autista possuía um profissional de apoio que o atendia e o acompanhava durante todo o horário escolar.

4.3 Caracterização dos professores

4.3.1 Professora Classe Especial

A professora do aluno na classe especial, trabalha com autistas à 14 anos. Fez pós-graduação em Psicopedagogia Clínica, Clínica Interdisciplinar, Transtorno Psicopatológico da Criança e do Adolescente e em Graduação em Ensino Estruturado TEACH. Entre outros cursos fez também curso de ABA, que é a análise do comportamento; do PEX que é um tipo de comunicação por troca de imagens; de tecnologia assistiva, sobre o espectro autista e um fonoarticulatório (método das boquinhos) adaptado para o autismo.

Para ela, a classe especial é um espaço transitório de vivência estruturada e concreta de aprendizagem, no qual as atividades desenvolvidas devem ser planejadas com vistas à inclusão futura do aluno no ensino regular. Ela explica que nesse espaço é fundamental olhar o aluno e não o transtorno. Seu objetivo é oferecer condições de aprendizagem onde as possibilidades de sucesso sejam mais frequentes que as de fracasso e sempre valorizando tanto o esforço quanto o resultado, respeitando o ritmo de cada aluno.

4.3.1 Professora Classe Regular

A professora do aluno na classe regular, trabalha com autistas à 6 anos. Para sua especialização, fez pós-graduação em Psicopedagogia, em Gestão e Orientação Educacional e em Psicomotricidade. Fez também cursos de inclusão, de jogos lúdicos para o ensino especial, de adequação curricular, entre outros.

Para ela é motivador trabalhar com a inclusão, pois acredita que possa fazer a diferença na vida dessas crianças, onde todos podem aprender, pois os alunos com autismo possuem potencial, com o intelectual em sua maioria preservados, sendo a maior dificuldade de adaptação o aspecto comportamental. Tendo assim a necessidade de respeitar as limitações individuais adequando não somente o currículo, mas o espaço físico também.

4.4 Caracterização do Aluno

Carlos¹ é uma criança alegre, divertida, esperta, amorosa e bastante encantadora. Na época da pesquisa na classe especial ele estava com oito anos e na classe regular com nove. Nasceu no dia quinze de janeiro de 2008, vindo de uma gestação gemelar, fruto de uma fertilização *in vitro*.

Em 2010, foi fechado o diagnóstico de Carlos como TID (Transtorno Invasivo do Desenvolvimento). Onde de acordo com a ficha de avaliação, Carlos está dentro do espectro autista, com um comprometimento nas áreas de socialização e comunicação, com dificuldades de antecipação e flexibilidade comportamental e limitações que envolvem a habilidade simbólica.

Seu processo de escolarização foi iniciado em uma escola particular, mas por problemas de adaptação e com a própria escola a mãe o colocou na escola Classe, onde primeiramente ficou na classe especial para posteriormente ser incluído na classe de ensino regular.

4.5 Descrição da observação participante

Na classe especial, pude observar que a rotina dos alunos era diferenciada, a professora trabalhava a autonomia das crianças, o modo de comportamento e principalmente o modo de expressar seus desejos e frustrações. Silva, Gaiato e Reveles(2012), enfatiza como o ingresso na escola é importante para o desenvolvimento das crianças “não apenas pelo aprendizado em si, mas também pelo desenvolvimento social e pela formação do ser humano como um todo”. Assim o trabalho feito pelos professores era de acordo com a capacidade dos alunos, onde as vezes uma atividade durava o dia inteiro, o que para os autistas é muito importante, pois as situações de rotina para eles é de difícil assimilação e por diversas vezes os alunos se cansam no decorrer da atividade, tendo o professor que respeitar o tempo deles.

Outro fato importante da classe especial é que apesar de não possuir um material didático específico a ser trabalhado, segundo as Diretrizes da Educação

¹ Nome fictício para preservar o anonimato do participante.

Especial(2001), a classe deve corresponder a etapa da educação básica em que o aluno se encontra. Dessa forma, a professora trabalhava os conteúdos correspondentes a etapa em que Carlos se encontrava, adaptando quando necessário suas atividades.

Mas mesmo com as “limitações” percebi que em ambas as salas, tanto na classe especial, como na regular, a preocupação dos professores eram de encaixar nas simples atividades os conteúdos que deviam ser trabalhados por Carlos, sempre trabalhando além da parte pedagógica as questões sociais de adaptação. Carvalho(2010) ressalta a importância da adaptação curricular, para que todos os aprendizes tenham aprendizagem ricas e adequadas as suas características individuais e diferenciadas. Logo, compreendi a necessidade do professor conhecer seu aluno, pois era através desse conhecimento que as atividades eram elaboradas. Era o entendimento das limitações que proporcionavam a adaptação das atividades permitindo a aprendizagem do aluno.

Dessa maneira, notei o quão importante é a flexibilização do currículo, pois ao planejar uma aula é importante pensar que nenhum aluno seja excluído da atividade que será proposta.

Estando na classe regular um dos problemas enfrentados por Carlos era em relação ao barulho da turma, pois diferente da classe especial onde só haviam quatro alunos com autismo, na classe regular a proporção era de 11 alunos e apenas um com autismo. As crianças com autismo “apresentam maior sensibilidade de sentidos” (Silva, Gaiato, Reveles,2012), quando a turma estava agitada, causava no Carlos grande desconforto o deixando irritado, por terem a sensibilidade aflorada, até mesmo o clima o incomodava, se estava muito quente, por exemplo, ele não conseguia realizar as tarefas propostas. Já em relação ao toque, Carlos possuía algumas limitações, apesar de ser receptivo à abraços, ele não gostava que tocassem nos seus cabelos ou bochechas. Então trabalhos em grupo, as vezes se tornavam mais complexos, pois o contato físico e o barulho ainda são limitações para Carlos.

Assim, durante o período do estágio, lidei com diferentes situações e diferentes maneiras de lidar com elas, mas o que mais me chamou a atenção foi a

importância de se ter uma escola inclusiva, pois o lidar com o diferente enriquece não somente o aluno incluído, mas todos à sua volta. A inclusão é necessária em vários aspectos mas “primordialmente para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude” (MANTOAN, 2003).

4.6 Diagnóstico

O diagnóstico foi fechado aos dois anos de idade de Carlos, mas a mãe relata que notou que havia algo diferente a partir de um ano e quatro meses, onde ela conta que o chamava e ele não correspondia. A princípio ela achou que ele pudesse ter algum problema de audição, mas após fazer todos os exames a suspeita foi descartada.

Ao receber o diagnóstico, mesmo com as incertezas e inseguranças a única preocupação que a mãe de Carlos tinha era “se o seu filho poderia ser feliz?”

“Quando recebi o diagnóstico, a minha única preocupação foi de perguntar para a médica se ele poderia ser feliz. Ela me disse que ele poderia ser feliz e então respondi que não havia problema pois a gente ia fazer tudo para ele evoluir.”

Diferente da forma como a mãe de Carlos recebeu o diagnóstico, Silva, Gaiato e Reveles(2012), revelam que a maioria dos pais consideram a descoberta que o filho tem autismo o momento mais traumático de suas vidas, experimentando um verdadeiro luto pessoal e familiar.

[...]se refere à perda da criança “normal” que os pais esperavam e desejavam ter. Muita angústia e dor são vivenciadas pelos pais até que eles se conscientizem de que o relacionamento pai e filho, tal qual eles ansiavam, não irá se concretizar. (p.262)

Indo ao encontro à essa percepção dos autores, a mãe de Carlos conta, que a notícia do diagnóstico não foi bem recebida e aceita por todos os familiares, levando ao preconceito e à estereótipos.

O tratamento começou precocemente, Carlos fez equoterapia, fonoaudiologia, psicoterapia, aulas de Ballet e de musicalização infantil, com o

decorrer do tempo ele foi parando de fazer, algumas por motivo de alta e outras por questões financeiras. Hoje Carlos, não faz nenhuma terapia.

4.6 O processo de aprendizagem de Carlos

Carlos entrou, no ano de 2010, aos dois anos de idade em uma escola da rede privada de ensino, localizada no Lago Norte-DF. Junto com a escola Carlos frequentava em horário contrário ao das aulas, a estimulação precoce. A mãe relata que o processo de adaptação foi muito difícil

[...]a adaptação foi muito difícil. Ele gritava desesperadamente para ir embora. Eu precisei acompanhar toda a adaptação. Somente em novembro é que eu já me ausentava por algumas horas e ele permaneceu dentro de sala de aula. Permanecer em sala de aula significa estar dentro da sala sem fugir, mas andava pela sala o tempo inteiro, não sentava, havia o mínimo de interação e mesmo assim isso veio acontecer somente no último mês de aula.

A mãe relata a importância que foi Carlos ser acompanhado por bons profissionais e principalmente de no início, ter estado com professoras preocupadas e empenhadas no atendimento de Carlos, nas quais o ajudaram a superar suas fobias sociais e auxiliaram a própria mãe a como lidar com os limites que ele precisava ter.

Enquanto TODOS diziam que ele jamais iria aprender, ela me disse que ele era capaz. Ela o ensinou a sentar e a aprender, e a mim ela me ensinou como o tratar, impor limites e me orientou sobre a necessidade de atividades estruturadas para o seu melhor aprendizado.

Silva, Gaiato e Reveles(2012), ressalta a importância de um diagnóstico precoce, dizendo ser fundamental a observação dos pediatras desde o nascimento, para que se notarem qualquer alteração, encaminhem a um especialista para diagnóstico completo. Assim, “a avaliação...consiste na observação criteriosa do conjunto de comportamentos, vivências e da maneira de ser daquela criança.” (p.88) Com isso, Orrú(2012) destaca a importância do educador, onde o mesmo necessita ser capacitado e desenvolver sua sensibilidade para desenvolver seu trabalho com uma criança autista. Ela diz que “Como profissional, o educador deve procurar compreender quais são e como se dão os sinais de afeto e competência da pessoa com autismo.” (p.168)

Ao entrar na alfabetização, as dificuldades na escola começaram a se tornar um problema, pois segundo a mãe nem a escola nem a professora pareciam interessados na aprendizagem de Carlos, chegando muitas vezes a dizer que ele não devia estar estudando.

[...] ela dizia que lá não era o lugar dele. Ela queria que ele escrevesse com letra cursiva e ele tinha dificuldade porque o movimento de pinça veio muito tardio...Realmente o negócio foi complicado porque chegou na metade do ano ele já sabia ler, as crianças ainda estavam aprendendo a ler, ele só não escrevia mas ele aprendia muito além do que as crianças tinham aprendido então para ele aquilo se tornava monótono. Realmente o primeiro ano foi um ano marcante para mim. Quando eu levava o João para escola, íamos nós dois chorando.

O problema se tornou maior, quando Carlos passou a sofrer preconceito dos colegas de turma, onde os mesmos passaram a excluí-lo das atividades dentro e fora da escola. E mesmo com a mudança de classe e professora os problemas persistiram. Incomodada com a situação que o filho estava vivendo a mãe resolveu colocá-lo na escola classe (mesma que permanece até hoje), onde ele ficava o período da manhã na escola particular e o da tarde frequentando a classe especial na rede pública. O objetivo da mãe era fazer com que Carlos se sentisse pertencente à um lugar, criando vínculos, para que na hora de deixar a outra escola(particular) ele não tivesse problemas.

Em Maio de 2015, Carlos foi matriculado na escola Classe que estuda até hoje. A Mãe comenta que:

Quando ele foi acolhido na classe especial pela professora que soube acolher ele, entendia o que ele queria, entendia o que ele sabia, que deu valor no aprendizado dele, que fez a adequação curricular...Quando eu chegava para buscar ele para ir para a outra escola ele vinha todo feliz. Aí, você vê a importância de você ser acolhido.

Colocá-lo para vivenciar essa realidade, trouxe de volta a Carlos o prazer de ir para a escola, tanto que ele chegou a dizer que amava a escola nova, mas que não gostaria de voltar para a classe regular. Foi então que em 2016, ele foi matriculado apenas na Escola Classe.

Durante o ano de 2016, Carlos foi acompanhado pela professora Joana² na classe especial. Uma professora especializada no atendimento de autistas, que adaptou todo o currículo para atender Carlos. Ela trabalhava com o livro utilizado pelos alunos do terceiro ano do ensino fundamental, para que Carlos acompanhasse a turma que estaria no ensino regular, mas com atividades adaptadas. Ao longo desse período, a professora teve cuidado para que a preparação de Carlos para a inclusão fosse de forma tranquila, além de conversas diárias sobre o assunto as vivências feitas na turma de ensino regular ainda estando na classe especial, foram fundamentais, pois fez com o mesmo tivesse interação com os colegas, começasse a se adaptar à nova rotina e criasse vínculos com a turma para que quando a professora definisse que a inclusão poderia ser efetivada, ele já estivesse preparado para tal. Segundo a professora:

“As vivências são planejadas e discutidas em conjunto pelos professores de forma colaborativa, nesse momento são discutidas as atividades que serão realizadas com as devidas adequações necessárias para o aluno autista, a fim de que o grupo realize a mesma atividade.” (Professora Joana-classe especial)

A professora ressalta a importância de se criar vínculos com o aluno, procurando conhecer suas particularidades, para assim propor atividades que despertem o interesse e que ao mesmo tempo respeite seu tempo, pois os desafios enfrentados por esses alunos e por professores dos mesmos são grandes. A respeito disso, Orrú (2012) aponta que o professor é agente mediador do processo de aprendizagem, onde o saber do aluno, enquanto sujeito ativo é de suma importância para a construção do seu conhecimento.

Joana conta ainda, que seu interesse em trabalhar com a Classe Especial, surgiu quando atuava no Centro de Ensino Especial, um período que segundo ela “enriqueceu muito a sua carreira como educadora e no qual teve a oportunidade de conhecer e atuar com diversas pessoas com deficiência”. Ela diz que os desafios são grandes, mas que as motivações são maiores

O desafio do professor de classe especial é tornar-se significativo para seu aluno, formar vínculo, conquistá-lo e essa conquista será a chave

² Nome fictício para preservar o anonimato do participante

para o sucesso, somente a partir dessa vitória e por intermédio do professor se abrirá para o aluno um universo de possibilidades de interesses, de descobertas, de experimentações de vivências, de emoções, de sensações boas ou não, de conhecimentos de aprendizagens adequadas ou não e de tantas outras coisas que a vida nos proporciona e que aprendemos desde que nascemos.(Professora-Joana)

Mesmo utilizando os métodos comportamentais – *TEACH* e *ABA*- como norteares para as aulas, é notório que a professora busca dar opções para que Carlos crie sua própria autonomia, além de sempre trabalhar a parte social do mesmo, para que ele consiga conviver com diferentes. A professora sabe da importância do seu trabalho para com os seus alunos e procura sempre se atualizar para que eles tenham o melhor que ela pode oferecer, pois apesar de sua importância ela diz que a classe especial é um espaço de transição, é onde o aluno passa, para a inclusão. Silva, Gaiato e Reveles (2012) assinala que quando há interesse por parte do professor, o mesmo pode fazer muito pelas crianças com autismo e que o primeiro passo é o conhecimento, do próprio autismo e da criança em específico. Os autores ressaltam ainda que o empenho dos professores pode fazer uma enorme diferença na vida das crianças. “Pode tira-los de um mundo com repertórios restritos e redireciona-los a um universo repleto de novidades” (p.115)

A mãe de Carlos afirma que todas as metas traçadas por Joana foram cumpridas e assim ele pode passar para a classe regular.

Já na classe regular a professora trabalhava para que Carlos realmente fosse incluído, adaptando as atividades, se preocupando com seu desenvolvimento e sempre conversando com os colegas da turma para que eles respeitassem e entendessem as limitações do colega.

A mãe ressalta a importância que o monitor que o acompanhou teve nesse período

É indiscutível a importância do Monitor no processo de Inclusão. Carlos se sente seguro ao lado dele, e a confiança que ele tem diante dos comandos do monitor o faz cada vez mais se tornar independente.

4.7 A importância dos professores no processo de inclusão

Para que a inclusão seja realizada em sua plenitude o trabalho deve ser pensado e realizado em equipe, assim o papel do professor nesse processo é fundamental para que ele seja executado em sua plenitude. Carvalho(2010) afirma que “a escola pode ser um espaço inclusivo se, nela todos forem atores e autores”. Dessa maneira ao realizar minha pesquisa pude notar a importância da participação e do engajamento entre a equipe pedagógica da escola e dos pais dos alunos.

Observa-se através da fala das professoras que a inclusão é um processo necessário na educação escolar, mas que ainda enfrenta grandes desafios, como falta de materiais, de conhecimento dos profissionais e até mesmo por barreiras impostas pela Secretaria de Educação.

São muitos os desafios, primeiro por essa busca de conhecimento. E mesmo a Secretaria ofertando cursos, eles não são suficientes; então os desafios são a busca pelo conhecimento e o enfrentamento do preconceito da comunidade e dos próprios professores que acreditam não ser capazes de educar esses alunos, por não se sentirem preparados para lidar com esse tipo de público. (Professora Joana-classe especial)

A falta de recursos de materiais pedagógicos[...] E quando falamos de inclusão devemos incluir todos os alunos, dar atenção para todos e as vezes a falta de apoio no auxílio com as crianças especiais impossibilitam essa atenção. (Professora Beatriz³- classe regular)

A inclusão tem um papel não somente social, mas também humanitário, possibilitando ao aluno incluído a aprendizagem e o ensinamento, já que os alunos que não possuíam necessidades educacionais especiais podem aprender a conviver com as diferenças e a respeitar as limitações do próximo. Professora Beatriz³, fala que ao incluir “os outros podem aprender com eles, aceitando o diferente, aprendendo a ser tolerante e principalmente o respeito”, ou seja, na inclusão a troca de aprendizagem é mútua.

Elas ressaltam também a importância dos professores buscarem conhecimento e estarem sempre atualizados sobre o processo de inclusão, para assim se prepararem e se adequarem aos alunos incluídos sem excluir os demais.

³ Nome fictício para preservar o anonimato do participante.

É necessário que os professores façam cursos de capacitação, que sejam bem instruídos, que se especializem, que leiam, que procurem entender os alunos, que tenha um olhar diferenciado, mas um tratamento igual para todos. (Professora Beatriz-classe regular)

O professor hoje tem que buscar o conhecimento, pois trabalhamos em uma escola onde todas as pessoas são diferentes. Quando a pessoa faz pedagogia ela vai educar seres humanos, e entre esses seres humanos eles possuem suas especificidades e dentre elas as deficiências, as dificuldades de aprendizagem. (Professora Joana-classe especial)

É inegável que a formação continuada e a busca por novos saberes dos professores tornou-se quesito essencial para que a inclusão aconteça de forma concreta. Silva, Gaiato e Reveles(2012) salienta que além do preparo profissional, deve haver também um suporte psicológico para os professores e um bom relacionamento com a família, pois é essencial para a criança com autismo que os envolvidos em sua inclusão possuam uma união efetiva, para o seu desenvolvimento.

Diante disso, enfatiza-se a necessidade da adequação curricular que deve ser pensado à cada aluno de acordo com sua especificidade. Além de ser um direitos dos alunos com necessidades educacionais especiais é um aliado durante a inclusão dos mesmos. O Conselho de Educação do Distrito Federal, no art. 45 diz

A estruturação do currículo e da proposta pedagógica, para atender as especificidades dos estudantes com necessidades educacionais especiais, deve observar a necessidade constante de revisão e adequação à prática pedagógica nos seguintes aspectos: I- introdução ou eliminação de conteúdo, considerando a condição individual do estudante; II- modificação metodológica dos procedimentos, da organização didática e da introdução de métodos; III- flexibilização da carga horária e da temporalidade, para desenvolvimento dos conteúdos e realização das atividades; IV- avaliação e promoção com critérios diferenciados, em consonância com a proposta pedagógica da instituição educacional, respeitada a frequência obrigatória (DISTRITO FEDERAL,2012).

As adequações pretendem articular e criar estratégias para facilitar a aprendizagem do aluno, tanto no ensino, quanto nas avaliações. Assim as professoras frisam a importância de conhecer o aluno e trabalharem de acordo com suas limitações, ressaltando que a adequação não está apenas no conteúdo, mas

também na estrutura física e no tempo em que as atividades levam para serem executadas.

De acordo com o estudo de caso, fazemos as adequações necessárias. Adequando o tempo de execução das atividades, compreendendo as frustrações do aluno, trabalhando suas limitações. Se a criança está na inclusão é necessário que ela se sinta como os outros. (Professora Beatriz-classe regular)

E tem também as normas de como esse currículo vai ser adequado para ele de acordo com a relevância das habilidades da criança, principalmente no espectro autista onde nós temos um leque muito grande de comprometimentos diversos. Essa adequação não é somente no currículo, mas na temporalidade também, pois eles tem direito a ter um tempo maior para concluir os ciclos. (Professora Joana- classe especial)

Em relação as avaliações as duas professoras são unânimes em priorizar o qualitativo, avaliando o aluno no seu dia-dia, na realização das atividades e no seu comportamento. Quando estava na classe especial Carlos não fazia provas, já na classe regular ele faz provas iguais aos dos demais alunos, com algumas adaptações de texto e de tempo, a professora diz que “*Não cobro em quantidade da mesma maneira que os alunos típicos; elaboro uma avaliação reduzida, mas com as mesmas perguntas feitas para os outros alunos, preferencialmente de forma objetiva.*”. Ela, assim como a professora da classe especial, acredita que dar possibilidades de autonomia para o aluno é que torna a inclusão um ato real.

Mantoan(2003), fala que para se ter sucesso na aprendizagem é necessário explorar e desenvolver as predisposições naturais de cada aluno, reconhecendo as dificuldades e limitações sem restringir o processo de ensino.

Outro aspecto a ser considerado importante referente à inclusão de crianças com autismo é que elas devem se sentir pertencentes em relação a escola, se sentir acolhida, fazer parte da turma e se sentir bem em estar ali, pois tudo isso contribui para a aprendizagem. E em relação ao modo como os autistas aprendem as professoras relatam que apesar da aprendizagem ser diferente, o sucesso para que ela aconteça, irá depender do planejamento das aulas com recursos que favoreçam o aluno e da contribuição da família ao auxiliá-lo no cumprimento da rotina.

Eu estou presente em todas as etapas de aprendizagem e acredito que a parceria ESCOLA/FAMÍLIA é de fundamental importância para o êxito na formação do meu filho. Sempre que possível me coloco a disposição da Instituição para auxiliar no que for necessário.(Mãe)

Silva, Gaiato e Reveles(2012), aponta que as transformações no ambiente escolar e no doméstico devem ser profundas para a contribuição da aprendizagem da criança com autismo. Dessa forma, percebemos que vários são os dispositivos de aprendizagem que podem ser utilizados para favorecer o desenvolvimento das crianças com autismo. Acerca do desenvolvimento as professoras dizem eu o maior problema enfrentado por Carlos está ligado a questão comportamental, que o pedagógico sempre foi bem desenvolvido e que o autismo não está ligado a parte intelectual.

Ele é uma criança que foi bem assistida pela escola, sua inclusão foi bem feita, está sendo tranquila. O maior problema dele é em relação a socialização, ao comportamental. A sua parte pedagógica é maravilhosa, ele participa das atividades e gosta de interagir. (Professora Beatriz-classe regular)

Todos os alunos desenvolvem e aprendem. O autismo não está ligado na questão da inteligência, eles possuem habilidades. A questão é como essa habilidade será desenvolvida. [...] No caso dele os maiores desafios estavam ligados à essa parte sensorial, não nas questões de conteúdo. A adaptação pra ele não era do conteúdo em si, mas de como aplicar esse conteúdo. (Professora Joana-classe especial)

Desse modo notamos que o apoio da instituição é imprescindível, pois ao se ter uma equipe pedagógica que busca o bem estar do aluno, sua interação com os colegas, que se tem uma preocupação em manter vínculos entre família e escola, a inclusão torna-se um processo satisfatório para todos os envolvidos tanto na instituição escolar como fora dela. Nesse sentido as professoras acreditam que a inclusão é um caminho que deve ser planejado desde o princípio, para que seja totalmente contemplada.

A inclusão na verdade é um caminho que estamos trilhando, onde se tem muitos erros e muitos acertos. Não sou capaz de criticar, pois existem inclusões acontecendo maravilhosamente bem e outras que são um desastre, então isso vai depender de caso à caso. (Professora Joana-classe especial)

Concordo em partes, primeiro quando você inclui um criança que tenha condições de estar na inclusão. Aqui na escola a equipe tem um cuidado de avaliar a criança para a inclusão, não é um ato despreparado, tem que haver uma vivencia e um estudo de caso. (Professora Beatriz-classe regular)

Assim, observamos que a inclusão deve ser avaliada em todos os seus aspectos, para que seja feita de forma a não apenas garantir os direitos previstos em lei, mas o favorecimento de seu desenvolvimento e sua aprendizagem.

5 Inclusão, um sonho possível

Carlos como todo aluno autista possui suas estereotípias, tendo momentos em que é difícil controlar suas frustrações ou fúria. Ele sabe tudo o que tem dentro do seu estojo ou mochila, então o simples fato de um lápis não estar dentro do estojo se torna algo complicado de lidar. Quando alguma coisa não sai da maneira como ele gostaria, também se torna um problema, pois além da sua irritação ele repete o assunto durante todo o tempo.

Durante o tempo em que o acompanhei, algumas situações foram marcantes como ele não tirar uma blusa de frio, por conta do corte de cabelo que não o deixou satisfeito; não beber mais água pois a colega usou sua garrafa; não querer fazer a atividade por ter esquecido o lápis. Situações assim, me fizeram enxergar o quanto pessoas como Carlos tem de enfrentar obstáculos todos os dias, pois coisas que parecem simples para nós para ele era mais uma forma de superação.

Carlos é uma criança que se cobra muito e é muito perfeccionista, então tudo o que ele faz tem que estar bonito aos seus olhos, a letra tem que estar perfeita, se não ele apaga e refaz tudo, por diversas vezes, o que torna cada atividade para ele um pouco mais demorada do que para os outros alunos. Atividades em grupo também são complexas, pois nem sempre ele entende o que as outras crianças querem fazer. Quando ele não consegue realizar alguma atividade, logo se frustra e pensa em desistir e é necessário que o professor interceda para que as coisas voltem a funcionar.

Ao apresentar minha sequência didática pude notar o quão efetivo foi o trabalho de se incluir Carlos na turma regular, pois apesar de ter que adaptar pequenas coisas, percebi que era natural para ele fazer as atividades junto com os demais colegas e por diversas vezes ele se sobressaiu.

Apesar de toda a carga que Carlos trouxe consigo da antiga escola, do preconceito sofrido, acredito que o trabalho que os professores fizeram com ele o tornaram uma criança mais leve e segura de si, capaz de mesmo com receios, tentar enfrentar seus medos, mesmo que isso lhe custe algumas ânsias. Hoje Carlos se sente pertencente a um lugar e isso só foi capaz graças ao trabalho de inclusão feito pelos professores.

Mantoan (2003) diz,

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. Não se trata de uma aceitação passiva do desempenho escolar, e sim de agir com realismo e coerência e admitirmos que as escolas existem para formar as novas gerações, e não apenas alguns de seus futuros membros, os mais capacitados e privilegiados. (p.36)

Em todo o processo de observação me senti honrada em ter participado do momento em que Carlos foi incluso na sala regular, o que me fez acreditar na importância dos educadores, me fez ver o quanto é importante você conhecer e reconhecer seu aluno, entender suas limitações e criar laços de sensibilidade.

Passar por toda essa caminhada com essa criança, observando o processo inclusivo dela no espaço escolar, percebemos o quão os atores de todo o espaço escolar são importantes para o desenvolvimento de uma inclusão efetiva. Sabemos que sempre haverá limitações, mas o que não pode acontecer é a exclusão por essas limitações. Nós enquanto educadores devemos lutar para que de fato a inclusão não seja apenas uma ilusão.

Assim para a inclusão se tornar um processo efetivo para todos deve haver o reconhecimento das especificidades na inclusão social do aluno com autismo, potencializando por meio de práticas facilitadoras a possibilidade do desenvolvimento e pontos de ligação entre o “seu mundo” e a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar como ocorre o processo de inclusão de um aluno com autismo, saindo da classe especial e sendo incluído no ensino regular. Onde, por meio das observações, experiências e entrevistas, foi possível chegar a algumas considerações.

De fato a escola é o lugar ideal para se exercer a inclusão, desde que todos os envolvidos estejam preparados. Uma escola que não cumpra somente o que regem as leis, mas que enxergue em seus alunos suas limitações e singularidades. O professor nesse processo tem o papel de fazer com que essas crianças se sintam pertencentes, e nesse contexto, o apoio da família e da comunidade também são primordiais para que a inclusão aconteça.

Vemos que apesar das críticas existentes, voltadas para a formação dos professores, existem aqueles que procuram fazer a diferença, se especializando e procurando dar as crianças com autismo a autonomia necessária para que elas possam ser incluídas não somente na sala de aula, mas na sociedade como um todo.

A pesquisa realizada me possibilitou refletir sobre como posso influenciar no desenvolvimento do meu educando, analisar as minhas concepções diante da criança com autismo e refletir sobre o processo inclusivo. Ao falamos de inclusão, estamos nos referindo a algo que ainda soa como novidade aos ouvidos da maioria das pessoas. Sabemos que os alunos com necessidades educacionais especiais, conquistaram muitas coisas através da luta por leis que os amparassem e fizessem seus direitos serem válidos, mas a inclusão ainda está longe de ser em sua totalidade algo efetivo. O caso em estudo foi um exemplo onde todos os envolvidos obtiveram sucesso em seus papéis e a inclusão foi real. Mas devemos nos atentar também para os casos em que a inclusão não foi possível.

Dessa forma, podemos concluir que quando a escola se preocupa com a inclusão, que os professores estão envolvidos e preocupados em respeitar as especificidades dos alunos, que a família participa ativamente do processo, a inclusão perpassa o sonho e se torna real. Tornando possível que autistas e outros

alunos com necessidades educacionais especiais ultrapassem as barreiras impostas pela exclusão; assim o principal elemento para a inclusão é a mudança, pois é a escola que deve se adequar e se preparar para as diferenças e não o contrário. Espero que esta pesquisa possa contribuir com uma nova visão a respeito da inclusão e de todas as crianças com autismo, enfim, que elas possam se sentir pertencentes não só no espaço escolar, mas em todos os outros que elas vierem a frequentar.

PERSPECTIVAS FUTURAS

Concluir essa etapa da minha vida, já está sendo uma grande realização. Mas antes de pensar no profissional, quero realizar meus sonhos pessoais, casar e constituir minha família, após a realização dos mesmos, profissionalmente pretendo me qualificar para atuar na educação especial.

A vivência e experiência que tive ao longo dessa jornada me ensinou a ser uma nova pessoa e me mostrou que escolhi o curso e a profissão certa. Sei que ainda há muito para aprender, mas espero conseguir ser o “algo mais” na vida das crianças que eu passar.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Noélia Martins dos. **Trabalho pedagógico e inclusão escolar: Contribuições da prática docente para a inclusão do aluno com necessidade educacional especial em turma regular.**2011.78f. Monografia(especialização). Universidade de Brasília,2011.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 25 março 2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 18 março 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 19 março 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/Secretaria de Educação Especial.** – Brasília,2010.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 19 março 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 19 março 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial. Secretaria de Educação Especial, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SECADI, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>. Acesso em: 18 março 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental**. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC /SEF/SEESP, 1998.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM AUTISMO. **Cartilha dos direitos da pessoa com autismo**. Comissão de defesa dos direitos da pessoa com autismo. Brasília, 2015.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM AUTISMO. **Cartilha dos direitos da pessoa com autismo**. Comissão de defesa dos direitos da pessoa com autismo. Brasília, 2015

CAVALCANTI, Ana Elizabeth e ROCHA, Paulina Shimidtbauer. **Autismo: construções e desconstruções**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. (Coleção clínica psicanalítica/ dirigida por Flávio Carvalho Ferraz).

CARVALHO, Rosita Edler. *Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico* –3. ed. Porto Alegre: Meditação,2010.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. **Decreto nº186, de 09 de julho de 2008**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/congresso/DLG/DLG-186-

2008.htm>. Acesso em: 01 abril 2018.

CATALÃO, Conceição. **Autismo e educação: a importância de respostas humanizadas**. Instituto Rodrigo Mendes, 2017. Acesso em: <<<http://diversa.org.br/artigos/autismo-e-educacao-a-importancia-de-respostas-humanizadas/>>>

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Orientação Pedagógica para a Educação Especial**. Brasília,2010.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Caderno de matrículas do Distrito Federal**. Brasília, 2016.

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Secretaria de Estado de Educação. **Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**, 6ª Ed – Brasília, 2015.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação, Esporte e Lazer. **Estratégia de matrícula 2016**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/estrategia_matricula_15jan16.pdf>

FREIRE, Sofia. **Um olhar sobre a inclusão**. Revista da Educação, Vol. XVI, nº 1, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5299/1/Um%20olhar%20sobre%20a%20Inclus%C3%A3o.pdf>> Acesso em: 30 de abril de 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2008

GOMES, Joseli Valim de Figuerêdo Martins. **A inclusão do estudante especial em classes regulares**.2015.39f. Monografia(especialização)- Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília,2015

KANNER, Leo. (1943). **“Os distúrbios autísticos de contato afetivo”**. Trad. de Monia Seincman. In: Rocha, Paulina Schmidtbauer. (org.). **Autismos**. São Paulo: Escuta,1997.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 2. Ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MANTOAN, M.T.E. **Educação escolar de deficientes mentais: problemas para a pesquisa e o desenvolvimento.** 1998. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32621998000300009>. Acesso em: 18 de abril de 2018.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa.** 2. ed. - São Paulo: Atlas, 2008

MENDES, E. G. **Breve Histórico da Educação Especial no Brasil.** São Paulo: Ed. UFSCAR, 2010.

MENDES, E. G. **Revista Educación y Pedagogía**, vol. 22, núm. 57, maio-agosto, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento.** Pesquisa qualitativa em saúde. 2ª ed. SP: HUCITEC/ RJ: ABRASCO, 1993

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar.** Riode Janeiro: Wak Editora, 2009.

PAULA, Wanessa Sousa de. **O processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola.** Trabalho de conclusão de curso- Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2011.

SANTOS, Iolanda Montano dos. **Inclusão escolar e a educação para todos.** 2010. 229f. Dissertação(Doutorado em Educação)- Setor de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

SILVA, Ana; GAIATO, Mayra; REVELES, Leandro. **Mundo singular: Entenda o autismo.** Rio de Janeiro: Fontanar, 2012.

SILVA, Karla Fernanda Wunder da: **Inclusão escolar: levantando possibilidades, encarando as dificuldades.** Disponível em: <<http://www.artigonal.com/educacao->

artigos/inclusao-escolar-levantando-possibilidades-encarando-as-dificuldades-995993.html>. Acesso em: 30 de abril de 2018.

SILVA, Rafaela Maira Oliveira. **As crianças com autismo na escola: um olhar inclusivo**.2017. 73f. Trabalho de conclusão de curso- Faculdade de Educação, Universidade de Brasília,2017.

APENDICÊ A- ENTREVISTA REALIZADA COM PROFESSORA: CLASSE ESPECIAL E CLASSE REGULAR

- a) Quanto tempo trabalha com autistas?
- b) Como você se preparou para trabalhar com alunos com necessidades
- c) Na sua opinião, como deve ser o trabalho dos professores nos dias de hoje, tendo em vista que todas as escolas devem ser inclusivas?
- d) Quais os desafios de atuar em uma escola com alunos inclusivos?
- e) Como você vê o processo de aprendizagem do aluno autista?
- f) O que você considera fundamental para que um aluno com autismo esteja incluído em sala comum?
- g) Quais as habilidades que os alunos especiais necessitam para serem incluídos em sala comum?
- h) Existem barreiras impostas pela escola ou pelo currículo escolar?
- i) Como é feita a adequação curricular, para o aluno com espectro autista?
- j) Como é a avaliação do aluno autista?
- k) Como você percebe a interação do aluno com os colegas? E dos colegas para com ele?
- l) Qual é sua opinião sobre o desenvolvimento do aluno?
- m) Você concorda ou não com o modo que a inclusão é feita?

APENDICÊ B- ENTREVISTA REALIZADA COM A MÃE

- a) Quando você percebeu que o seu filho apresentava alguma deficiência?
- b) Como foi o diagnóstico?
- c) Como foi sua reação ao receber o diagnóstico?
- d) Quais os tratamentos ele fez/faz para o autismo?
- e) Com quantos anos ele entrou na escola?
- f) Como foi seu processo de adaptação na escola e como é sua aprendizagem?
- g) Como é seu envolvimento com a escola e com os professores?
- h) Tem consciência dos direitos do seu filho em relação a educação inclusiva, já houve a necessidade de exigir algum direito?
- i) Como você identifica as habilidades, as necessidades e as dificuldades dele?
- j) Como foi o processo de inclusão do seu filho, saindo da classe especial indo pra classe regular? Houve mudanças de comportamento?
- k) Como seu filho lida com a escola?
- l) Quais são suas expectativas em relação ao desenvolvimento do seu filho?